

20
25

RELATÓRIO DE
GESTÃO



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

HELDER ZAHLUTH BARBALHO

Governador do Estado do Pará

HANA GHASSAN TUMA

Vice - Governadora

EVANDRO GARLA PEREIRA DA SILVA

Secretário de Estado de Justiça

RAIMUNDO GUIMARÃES FELIZ

Secretário Adjunto de Estado de Justiça

NATÁLIA MATOS

Chefia de Gabinete

CESÁR MENDONÇA

Diretoria de Justiça

GAREZA CALDAS DE MORAES

Diretora de Proteção e Defesa do Consumidor

ROSIANE ANDRADE TERRA

Diretoria Administrativa e Financeira

CIMARA VIDAL DA FONSECA

Ouvidora

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO

Equipe

MIRIAM ROSE DA FONSECA BITAR

Coordenadora do Núcleo de Planejamento

ANA CRISTINA DE ANDRADE CASTRO MARQUES

Terapeuta Ocupacional

JOSSEMIR PAULO SILVA DE BRITO

Técnico em Gestão de Justiça - Administrador

JEANETE DA SILVA GOMES

Técnica em Gestão de Justiça - Assistente Social

MARCO ANTÔNIO HOMCI

Técnico em Gestão Pública - Contador

ELIAS MELO MOUGO

Assistente Administrativo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
PRINCIPAIS DESTAQUES 2025	07
O QUE FIZEMOS 2025	13
PROGRAMA: CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	13
OBJETIVO : PROMOVER IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS	13
<u>AÇÕES:</u>	
8799 - Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil	13
2265 - Capacitação em Justiça, Igualdade Racial e Direitos Humanos	15
2266 - Promoção do Acesso ao Registro Civil	17
8214 - Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas	20
8211 - Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos	21
OBJETIVO : PROMOVER AÇÕES DE JUSTIÇA E DIREITOS DIFUSOS	27
<u>AÇÕES:</u>	
2270 - Apoio a Eventos de Promoção da Justiça, Cidadania e Direitos Difusos	27
8801 - Promoção dos Direitos Difusos	29
8803 - Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços	30
2272 - Promoção de Ações Educativas sobre Drogas	31
2271 - Promoção de Ações de Justiça e Cidadania	34
PROGRAMA: CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS /OGE/UNIDADE GESTORA FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS-FEDDD	31
OBJETIVO : PROMOVER AÇÕES DE JUSTIÇA E DIREITOS DIFUSOS	31

AÇÕES:

8801 - Promoção dos Direitos Difusos – Atendimento e Orientação ao Consumidor	32
---	----

8803 - Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços para Garantia dos Direitos do Consumidor	37
--	----

PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA 45

OBJETIVO : APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS.

AÇÕES:

2245 - Capacitação de Servidores Públicos	45
---	----

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO 46

OBJETIVO : VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO.

AÇÕES:

4668 - Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	46
---	----

8311 - Concessão de Auxílio Alimentação	48
---	----

8312 - Concessão de Auxílio Transporte	51
--	----

8338 - Operacionalização das Ações Administrativas	52
--	----

8339 - Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	53
--	----

ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2023 a 2025 55

O QUE IREMOS FAZER – 2026 56

INFORMAÇÕES MENSAGEM DE GOVERNO 2026 59

CONSIDERAÇÕES FINAIS 65

ANEXO: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES 66



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA

Endereço: Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 339, Campina, Belém/PA,
CEP 66010-100

APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), órgão da administração direta vinculado ao Governo do Estado, apresenta o Relatório de Gestão 2025, instrumento fundamental de transparência institucional, prestação de contas e demonstração dos resultados alcançados no exercício. A elaboração deste documento segue as diretrizes da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD) e mantém alinhamento ao Plano Plurianual 2024–2027, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.

A SEJU tem por missão planejar, coordenar e conduzir a política estadual de defesa do consumidor, promover o respeito à ordem jurídica e às garantias constitucionais, bem como assegurar o acesso à justiça a toda a população do Pará. Suas competências institucionais abrangem o estudo, planejamento, execução, controle e avaliação de assuntos relacionados à justiça; a formulação e promoção de ações voltadas à proteção do meio ambiente, do consumidor, da livre concorrência e do patrimônio histórico, artístico, estético, turístico, cultural e paisagístico; além do gerenciamento do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (FEDDD).

Em 2025, a atuação da SEJU avançou significativamente na interiorização dos serviços, com destaque para a realização das Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos, desenvolvidas em parceria com órgãos estaduais, prefeituras dos municípios contemplados e instituições religiosas, com ênfase às ações promovidas nas regiões atendidas pelos Núcleos Regionais de Justiça, implantados em Altamira, Breves, Marabá, Paragominas, Santarém e Xinguara. Esses Núcleos consolidam a presença institucional da SEJU nas diversas regiões do Estado, desempenhando papel essencial na promoção do acesso à justiça, na defesa dos direitos do consumidor (individuais, coletivos e difusos), no fortalecimento da mediação institucional e na ampliação da oferta de serviços públicos voltados à cidadania. A escolha de Belém como sede da COP30 – a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática, realizada entre 10 e 21 de novembro de 2025, acrescentou relevância estratégica à atuação da SEJU. O evento colocou o Pará no centro das discussões globais sobre meio ambiente, sustentabilidade, direitos territoriais e justiça climática. Nesse contexto, as atribuições da SEJU tornam-se ainda mais pertinentes, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos difusos e coletivos, à defesa do meio ambiente, ao fortalecimento das garantias constitucionais e à promoção do acesso à justiça para populações vulneráveis em territórios impactados por mudanças climáticas e pressões socioambientais.

O Relatório de Gestão 2025 evidencia os principais resultados dos programas, objetivos e ações sob

responsabilidade da SEJU: o Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, que abrange o objetivo de promover a igualdade racial e os direitos humanos, por meio das ações de capacitação em justiça, acesso ao registro civil, apoio a eventos de promoção da justiça, promoção de ações de justiça, ações educativas sobre drogas, realização de caravanas de cidadania e implementação de programas de proteção a pessoas ameaçadas, assim como o objetivo de promover ações de justiça e direitos difusos, por meio das ações de promoção dos direitos difusos e da fiscalização de estabelecimentos comerciais; o Programa Governança Pública, voltado ao desenvolvimento e capacitação de servidores; e o Programa Manutenção da Gestão, que assegura as condições administrativas essenciais ao funcionamento da Secretaria, englobando contratos administrativos, gestão de pessoas, tecnologia da informação, gestão da frota, abastecimento, compras, gestão financeira e orçamentária. Adicionalmente, destaca-se o papel do Procon Pará, órgão de proteção e defesa do consumidor vinculado à SEJU, cuja atuação é essencialmente financiada com recursos do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (FEDDD), instrumento que sustenta ações de atendimento, orientação, fiscalização e promoção dos direitos (individuais, coletivos e difusos) em todo o território paraense. Ao longo do exercício de 2025, a SEJU ampliou sua presença territorial, fortaleceu mecanismos de participação social, aprimorou sua capacidade fiscalizatória e consolidou ações estratégicas com impacto direto na vida da população paraense. Este Relatório apresenta, ainda, análises orçamentárias, demonstrativos de desempenho institucional e registros das entregas realizadas nas 12 regiões do Estado. As ações implementadas neste exercício guardam relação com o horizonte mais amplo do Plano Estratégico de Longo Prazo do Estado do Pará – PARÁ 2050, que define uma visão de futuro pautada no desenvolvimento sustentável, na inclusão social, na justiça e na governança territorial equitativa. Assim, as iniciativas da SEJU em 2025 contribuem para a trajetória de médio e longo prazo, promovendo a interiorização dos serviços, a equidade regional, o fortalecimento dos direitos coletivos e a articulação institucional que permitirá ao Estado alcançar a meta de tornar-se referência em inovação, justiça e sustentabilidade até 2050.

Este documento reafirma o compromisso da SEJU com a gestão responsável, a transparência, a defesa dos direitos fundamentais e a promoção da justiça social. Ao apresentar os resultados alcançados, renovamos nossa missão institucional de contribuir para a construção de um Pará mais justo, inclusivo, sustentável e preparado para colaborar com forte engajamento na preservação ambiental e na promoção das ações transformadoras decorrentes da COP30.

EVANDRO GARLA

Secretário de Estado de Justiça

PRINCIPAIS DESTAQUES - 2025

PAINEL – PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA SEJU (2023–2025)

Semana Paraense de Combate e Prevenção ao Uso de Drogas (2025)

Municípios alcançados: Belém, Ananindeua, Afuá, Santarém e Óbidos.

Público Impactado: Aproximadamente 5.800 pessoas, incluindo mulheres, jovens, estudantes, PCDs e comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Principais Entregas:

- Realização de capacitações, oficinas educativas e atividades culturais e esportivas.
- Blitz educativas e caravanas de cidadania.
- Fortalecimento da rede estadual de atenção e prevenção às drogas.
- Ações alinhadas aos ODS 3, 4, 10 e 16, promovendo cidadania, saúde e justiça social.
- Impacto Institucional: Ampliação do diálogo intersetorial e fortalecimento das políticas públicas de cuidado integral.

Figura: Abertura da Semana Paraense de Combate e Prevenção ao Uso de Drogas na Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA.



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA.

Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/11170/sessao-solene-na-alepa-marca-abertura-da-semana-paraense-de-prevencao-as-drogas>.

Figura : Blitz Educativa contra as drogas na Praça da República.



Fonte: Secretaria de Justiça do Estado do Pará (SEJU).

Disponível em: <https://seju.pa.gov.br/node/476>

Figura : Capacitação “Pará em movimento: construindo políticas sobre drogas com participação”



Fonte: Secretaria de Justiça do Estado do Pará (SEJU).

Disponível em: <https://seju.pa.gov.br/node/478>

Ações de Verão – Promoção dos Direitos das Mulheres (2025)

Município: Bragança (Praia de Ajuruteua, Orla e Praça Fernando Guilhon).

Público Impactado: Aproximadamente 500 pessoas entre moradores locais, turistas e veranistas.

Principais Entregas:

- Abordagens educativas e orientações sobre direitos humanos e direitos das mulheres.
- Distribuição de 500 folders informativos.
- Acolhimento e cuidado de crianças perdidas.
- Palestra temática sobre violações históricas e contemporâneas de direitos.
- Parcerias Estratégicas: Corpo de Bombeiros, Secretaria Municipal de Saúde e Usina da Paz.
- Metodologia: Abordagem dialógica, troca de experiências e fortalecimento comunitário.

Figura : Abordagem direta a veranistas da praia de Ajuruteua



Fonte: SEJU (2025).

Disponível em: <https://seju.pa.gov.br/node/465>

Caravanas de Cidadania – 2023–2025

Entre 2023 e 2025, a Ação 8211 apresentou evolução consistente na ampliação do acesso à cidadania. Em 2023, foram realizados 38.437 atendimentos, enquanto 2024 manteve desempenho, com 25.081 atendimentos. Em 2025 foram registrados 26.498 atendimentos em 11 Regiões de Integração, evidenciando forte concentração e intensificação das ações no território.

A execução de 2025 reafirma a eficácia da metodologia itinerante e integrada, garantindo documentação civil, serviços Gov.Br e atendimento humanizado em áreas urbanas, rurais e comunidades tradicionais. As caravanas seguem ampliando o alcance da política de cidadania, com prioridade para populações vulneráveis e regiões historicamente menos atendidas.

Figura 1 – Ipixuna do Pará.



Fonte: CCID (2025)

Figura 2 - Santa M^a das Barreiras -Casa de Tábuas



Fonte: CCID (2025)

Figura 3 – Augusto Correa – Nova Olinda



Fonte: CCID (2025)

Figura 4 – Município de Juruti.



Fonte: CCID (2025)

RG Inclusivo – Atendimento Domiciliar e Hospitalar

O Público Impactado são pessoas Idosas, pessoas com deficiência, pacientes acamados e/ou com mobilidade reduzida. Principais Entregas: Emissão de RG no domicílio ou no hospital, com coleta biométrica e fotográfica no local, Inclusão no documento da especificação da deficiência (visual, física/motora, mental/intelectual ou auditiva), atendimento humanizado e adaptado às necessidades individuais, trazendo como Impacto Social a ampliação do acesso à documentação civil, garantindo dignidade e autonomia a grupos que enfrentam barreiras severas para deslocamento.

Fiscalização Estratégica e Avanços Institucionais na Preparação da COP 30

A Secretaria de Estado de Justiça, por meio do PROCON/PA, executou ação preventiva e integrada para garantir um ambiente econômico equilibrado durante a preparação da COP 30. As fiscalizações foram intensificadas nos setores mais sensíveis ao aumento da demanda turística — hotelaria, alimentação, combustíveis e supermercados — assegurando padrões mínimos de qualidade, ética comercial e proteção dos consumidores.

Destaques da Atuação:

- Prevenção de abusos econômicos e monitoramento de preços nos meses que antecederam a COP 30.
- Fiscalizações diárias em Belém, Ananindeua e áreas turísticas, com verificação de cardápios, validade de produtos, bombas de combustível e cumprimento do CDC.
- Ações integradas com Ministério Público, ANP, Procons Municipais e demais órgãos do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor.
- Levantamento estatístico, orientação a fornecedores e lavratura de autos de constatação e infração.

Quatro Frentes de Trabalho

Recomendações extrajudiciais às plataformas de hospedagem

Notificação de anunciantes, suspensão de ofertas abusivas e divulgação de preços médios para evitar especulação econômica.

Fiscalizações presenciais ampliadas

Hotéis, pousadas, restaurantes, supermercados e postos de combustíveis monitorados diariamente.

Medidas judiciais contra práticas abusivas

Decisões liminares determinaram ajustes imediatos, resultando em redução média de 40% nos preços de hospedagem.

Transparência e orientação ao consumidor

Campanhas educativas nas redes sociais e na mídia durante a COP 30 e o Círio de Nazaré.

Resultados e Impacto Institucional

A atuação reforçou a credibilidade do Pará perante visitantes e organismos internacionais, alinhada ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). A integração com SEGUP/PA, DPE/PA, PGE/PA, MPPA, OAB/PA e demais órgãos consolidou o PROCON/PA como referência nacional em fiscalização preventiva, governança pública e proteção do consumidor.

Figura : Fiscalização Estratégica e Avanços Institucionais na Preparação da COP 30



Fonte: PROCON/SEJU (2025)

Disponível em: <https://www.procon.pa.gov.br/>

O QUE FIZEMOS EM 2025.

Programa : CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Objetivo - 1 : PROMOVER IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Integrado ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 do Estado do Pará, tem como objetivo principal promover políticas públicas que assegurem direitos fundamentais, justiça social e inclusão de grupos em situação de vulnerabilidade. Com foco em atender às demandas específicas das 12 regiões do estado, o programa busca reduzir desigualdades e fortalecer a cidadania por meio de uma abordagem descentralizada e participativa.

AÇÕES:

Ação 8799 - Apoio aos Conselhos Representativos da Sociedade Civil

A ação Apoio aos Conselhos integra diretamente as atribuições institucionais da Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), especialmente no que se refere ao fortalecimento dos mecanismos de controle social, à promoção de políticas públicas voltadas aos direitos humanos e à supervisão das entidades que prestam serviços essenciais à população vulnerável. A atuação do CONED, apoiada pela SEJU assegura o cumprimento das normas sanitárias, administrativas e estruturais que regem as unidades de acolhimento para pessoas com dependência de álcool e outras drogas, garantindo transparência, fiscalização contínua e alinhamento às diretrizes do PPA.

Produto: Conselho Apoiado

Análise de desempenho da ação: No ano de 2025 as ações envolveram planejamento, organização interna, posse dos conselheiros e a execução de fiscalizações em diversas regiões do estado. As visitas de campo permitiram identificar a situação real das instituições e promover orientações técnicas baseadas na legislação vigente. Alguns exemplos ilustram a amplitude da atuação dos conselheiros, como a fiscalização na Comunidade Terapêutica: As Rosas de Saron, em Ananindeua, onde foram identificadas pendências documentais e necessidade de regularização sanitária; em Altamira a Comunidade Terapêutica Juntos Somos Mais Fortes, que apresentou demandas de melhorias físicas e administrativas; em Óbidos a Fazenda da Esperança Santa Clara, que demonstrou funcionamento adequado, com apenas recomendações de aperfeiçoamento contínuo e em Tucuruí a Comunidade Terapêutica Sotéria, que apresentou o cenário mais crítico, marcado pela ausência de licenças obrigatórias, AVCB e alvará de funcionamento.

Ao longo das fiscalizações nas regiões Guajará, Araguaia, Guamá, Xingu, Baixo Amazonas, Rio Caeté, Tocantins e Lago de Tucuruí, foram identificados padrões recorrentes como pendências documentais, irregularidades estruturais e necessidade de fortalecimento dos procedimentos internos das entidades. Entre os benefícios alcançados destacam-se: fortalecimento da governança pública, qualificação das entidades fiscalizadas, ampliação da presença institucional da SEJU e melhoria do monitoramento das políticas sobre drogas. As oportunidades de melhoria incluem: padronização dos relatórios técnicos, aprimoramento da logística de deslocamento, criação de sistema de controle de pendências e intensificação da articulação com a Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros e Conselhos Municipais.

Quadro 1 - Demonstrativo de Alcance das Metas: CONED 2025 agregado por município/Região

Região	Municípios por Região	Meta PPA 2025	Meta Orçada	Meta Realizada	% Realizado
Araguaia	Redenção	1	1	1	100%
	Tucumã	1	1	2	200%
	Xinguara	2	2	1	50%
Baixo Amazonas	Óbidos	1	1	1	100%
	Santarém	2	2	1	50%
Carajás	Canaã dos Carajás	1	1	1	100%
	Marabá	1	1	1	100%
	Parauapebas	2	2	1	50%
Guajará	Ananindeua	2	2	4	200%
	Belém	4	2	4	100%
	Benevides	1	1	1	100%
	Marituba	1	1	1	100%
Guamá	Castanhal	2	2	1	50%
	Santa Izabel do Pará	1	1	1	-
	São Miguel do Guamá	1	1	1	100%
	Vigia	1	1	1	100%
Lago de Tucuruí	Tucuruí	2	2	1	50%
Marajó	Breves	2	2	1	50%

Rio Caeté	Bragança	1	1	1	100%
	Capanema	1	1	1	100%
	Salinópolis	2	2	1	50%
Rio Capim	Aurora do Pará	1	1	1	100%
	Paragominas	2	2	1	50%
	Rondon do Pará	1	1	1	100%
Tocantins	Abaetetuba	2	2	1	50%
	Tailândia	1	1	1	100%
Xingu	Altamira	2	2	1	50%

Fonte: SEJU/SIGPLAN - 2025

AÇÕES:

Ação 2265 - Capacitação em Justiça, Igualdade Racial e Direitos Humanos

A ação visa propiciar e/ou aprimorar conhecimentos dos participantes em princípios de justiça, promoção da igualdade racial e respeito aos direitos humanos. Este treinamento inclui a compreensão das causas da desigualdade racial, familiarização com as leis e políticas de garantias de direitos humanos, bem como desenvolvimento de habilidades e competências para fomentar a justiça social e a igualdade em diferentes contextos.

Produto: Pessoa Capacitada

Análise de desempenho da ação: A execução ocorreu por meio da realização de ações formativas presenciais, utilizando metodologias participativas e intersetoriais, com foco na construção coletiva de saberes e na valorização das realidades territoriais. As capacitações foram realizadas em locais de fácil acesso e de relevante função comunitária, como escolas técnicas, universidades, auditórios municipais e espaços de cidadania, assegurando a ampla participação de representantes de diferentes políticas públicas e segmentos sociais. Em termos de produto físico, a ação totalizou aproximadamente 1.445 pessoas capacitadas distribuídas entre onze Regiões de Integração e vinte e dois municípios do Estado, conforme detalhamento no quadro 2:

As capacitações foram executadas de forma descentralizada, articulando parcerias com órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino, conselhos de direitos e organizações da sociedade civil. Essa metodologia intersetorial reforçou o compromisso da SEJU com a democratização do acesso à formação cidadã e com o fortalecimento das políticas públicas nos territórios. O perfil do público atendido nessa ação evidencia a prevalência de grupos em situação de vulnerabilidade econômica, pois a maior parte dos participantes declarou renda familiar de até dois salários mínimos, nas regiões do Marajó e Rio Caeté, 73% e 68% dos participantes, respectivamente, enquadram-se nessa faixa. Nas regiões do Tocantins e Araguaia 42% dos participantes informaram depender dos programas sociais, principalmente do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A participação feminina se destacou em todas as regiões (cerca de 68% do total de participantes), a faixa etária predominante foi de 25 a 59 anos, com expressiva presença de jovens lideranças comunitárias e de pessoas idosas atuantes em conselhos e movimentos sociais, quanto ao Perfil Étnico-Racial e Origem o público predominantemente foram de pardos e negros, com significativa participação nas regiões Tocantins, Baixo Amazonas e Marajó de representantes de povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Essa diversidade expressa a amplitude territorial e cultural das ações e a transversalidade da política de igualdade racial implementada pela SEJU.

As capacitações promoveram o fortalecimento das redes locais de cidadania, ampliando a capacidade técnica de gestores, conselheiros e profissionais de base para atuação nas políticas públicas de direitos humanos, igualdade racial e justiça. Entre os principais impactos, destaca-se o fortalecimento institucional dos municípios, ampliando sua capacidade de implementar políticas e ações voltadas à garantia de direitos e à promoção da justiça social. As atividades também promoveram o incentivo à articulação intersetorial entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil, favorecendo o compartilhamento de experiências e o alinhamento de estratégias em prol da equidade. Houve ainda integração de políticas de prevenção e promoção da equidade social em territórios marcados por situações de vulnerabilidade, bem como a sensibilização de gestores e profissionais para o enfrentamento às desigualdades raciais e de gênero. As ações contribuíram, de forma direta para o cumprimento da Meta 16.9 da Agenda 2030, reafirmando o compromisso da SEJU com a promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Quadro 2 Demonstrativo de Atividades: Capacitação em Justiça, Igualdade Racial e Direitos Humanos

Região de Integração	Municípios	Meta Orçada	Meta Realizada	% Realizado
Araguaia	Redençã	30	57	190%
	Xinguara	20	132	660%
Baixo Amazonas	Monte Alegre*	-	81	-
	Óriximiná*	-	40	-
	Santarém	30	92	307%
Carajás	Marabá	20	54	270%
Guajará	Ananindeua	30	42	140%
	Belém	30	54	180%
Guamá	Castanhl	70	92	131%
	Colares	30	60	200%
	Santo Antônio do Tauá	30	36	120%
	São Miguel do Guamá	30	30	100%
Lago de Tucuruí	Breu Branco	30	62	207%
Marajó	Afuá	30	41	137%
	Breves	30	30	100%
	Gurupá	30	53	177%
	Muaná	30	44	147%
	São Sebastião da Boa Vista	30	43	143%
Rio Caeté	Bragança	30	70	233%
	Dom Eliseu	30	32	107%
Rio Capim	Aurora do Pará	30	44	147%
	Irituia	30	32	107%
Tocantins	Barcarena	30	42	140%
	Cametá	30	70	233%
Xingu	Altamira	30	116	387%
Total		710	1.445-	-----

AÇÕES:

Ação 2266 – Promover o Acesso ao Registro Civil

O principal objetivo é assegurar que todos os cidadãos tenham acesso aos serviços de registro civil, essenciais para o exercício pleno de seus direitos e cidadania, em especial aquelas em situações de vulnerabilidade. Isso inclui o registro de nascimento, casamento, óbito e outros documentos civis que são fundamentais para a identificação legal e o acesso a direitos e serviços públicos.

Produto: Pessoa Atendida

Análise de desempenho da ação: A execução concentrou-se na oferta da 2ª via de documentos (Registro de Nascimento, Casamento e Óbito). O foco principal do trabalho foi a reposição documental, combatendo a exclusão decorrente da perda ou danificação de documentos, em Belém 496 pessoas acessaram o serviço, o perfil consolidado das pessoas atendidas na Região de Integração/RI do Guajará revela um público altamente vulnerável socioeconomicamente. Há clara predominância do sexo feminino e o nível de escolaridade é majoritariamente baixo, sendo composto por indivíduos com ensino fundamental incompleto ou não alfabetizados. A renda familiar predominante é de até um salário-mínimo. Em relação à ocupação, destacam-se amplamente os trabalhadores autônomos e as pessoas que se declaram "do lar", evidenciando um forte recorte de classe ligado à precarização e informalidade laboral.

Municípios/Regiões Atendidas: A execução embora majoritariamente centralizada na capital, registrou atendimentos a usuários em Belém, mas provenientes de 7 RI, conforme a origem dos demandantes e dos cartórios de realização do serviço. As Regiões do Marajó (1422) e do Guajará (496) forneceram a maioria dos atendimentos, também se destaca que o serviço de registro civil foi oferecido junto a Caravanas de Cidadania para se ter maior capilaridade de oferta. O serviço alcançou 21 municípios localizados nas regiões do Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Marajó e Xingu, totalizando 2.310 pessoas atendidas.

Impactos Gerados: Os impactos são múltiplos e estão diretamente ligados à inclusão e garantia de direitos como a garantia da identidade, o serviço mais demandado foi a 2ª via do Registro de Nascimento, totalizando 2.193 solicitações do registro civil básico. O principal motivo de procura foi a danificação e a perda de documentos, indicando que a ação é essencial para manter o acesso à cidadania pela população vulnerável, cujas condições de moradia (urbana precária ou rural) favorecem a perda.

Acesso a Programas Sociais: A documentação atualizada é vital para o acesso ao Bolsa Família/CadÚnico, BPC e outros benefícios, pois uma proporção significativa do público é usuária desses programas, assim como o Combate à Exclusão Documental. O serviço de Registro Civil da SEJU, focado na reposição da 2ª via, funciona como uma rede de segurança essencial para a identidade legal no Pará. Devido à sua concentração em Belém (RI Guajará), ele opera como centro de reparo documental que, apesar de sediado na capital, irradia seus benefícios para diversas RIs, garantindo que o ciclo de direitos civis da população vulnerável não seja interrompido pela perda física de seus documentos.

Quadro 3 - Demonstrativo de Atividades: Promover o Acesso ao Registro Civil

Região de Integração	Municípios	Meta Orçada	Meta Realizada	%Realizado
Araguaia	Xinguara	100	0	0%
Baixo Amazonas	Santarém	100	215	215%
Carajás	Marabá	100	20	20%
Guajará	Belém	200	496	248%
Guamá	Igarapé-Açu	10	0	0%
Lago de Tucuruí	Tucuruí	10	0	0%
Marajó	Afuá	10	100	1.000%
	Anajás	10	150	1.500%
	Bagre	10	76	760%
	Breves	10	333	3.330%
	Cachoeira do Arari	10	49	490%
	Chaves	10	46	460%
	Curralinho	10	51	510%
	Gurupá	10	144	1.440%
	Melgaço	10	150	1.500%
	Muaná	10	104	1.040%
	Oeiras do Pará	10	82	820%
	Ponta de Pedras	10	50	500%
	Portel	10	46	460%
	Salvaterra	10	0	0%

Marajó	Santa Cruz do Ararari	10	38	380%
	São S. da Boa Vista	10	3	30%
	Soure	10	0	0%
Rio Caeté	Augusto Corrêa,	10	0	0%
	Bragança	10	0	0%
	Capanema	10	0	0%
	Quatipuru	10	0	0%
	Viseu	10	0	0%
Rio Capim	Paragominas	100	0	0%
Tocantins	Abaetetuba	10	0	0%
	Acará	10	0	0%
	Barcarena	10	0	0%
	Cametá	10	0	0%
	Igarapé-Miri	10	0	0%

Região de Integração	Municípios	Meta Orçada	Meta Realizada	%Realizado
Xingu	Altamira	100	155	155%
	Senador José Porfírio	-	1	-
	Vitória do Xingu	-	1	-
Total		990	2.310	-

Fonte: SEJU/SIGPLAN - 2025

AÇÃO 8214

Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas/PROVITA

O PROVITA é uma iniciativa governamental que visa assegurar a segurança e o amparo de indivíduos em risco por colaborarem com investigações judiciais e processos criminais. Este programa tem como objetivos principais garantir a segurança de vítimas e testemunhas envolvidas em processos legais e encorajar a colaboração de cidadãos com as autoridades judiciais, assegurando que possam contribuir sem medo de retaliações para a eficácia do sistema de justiça criminal, garantindo a disponibilidade e a integridade de testemunhos essenciais. O Programa vem cumprido seu objetivo com gestão estável dos casos e assegurando dignidade, cidadania e segurança para indivíduos em risco, atua com primazia na garantia dos direitos humanos e cidadania a estas pessoas.

Produto: Programa Implementado

Análise de desempenho da ação: Público Atendido: Os números de pessoas e casos em proteção se mantiveram estáveis ao longo do ano, o programa protege de 25 a 26 pessoas em média. Os principais crimes associados à ameaça são a Associação Criminosa e o Homicídio, os impactos gerados pela ação são fundamentalmente ligados à segurança, justiça e direitos humanos, alinhados à Agenda 2030, especialmente o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). O principal impacto é a proteção dos direitos humanos, a garantia no acesso à cidadania e o respeito à dignidade e segurança das pessoas protegidas.

Quadro 4 - Demonstrativo de Atividades: Implementação de Programas de Proteção a Pessoas Ameaçadas

Região de Integração	Municípios	Meta Planejada	Meta Alcançada	% Realizado
Guajará	Belém	1	1	100%

Fonte: SEJU/SIGPLAN - 2025

AÇÃO 8211

Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos

A Ação visa realizar atividades coletivas itinerantes com o propósito de disseminar informações, serviços ligados à cidadania e aos direitos humanos em diversas regiões, municípios, comunidades carentes ou isoladas, priorizando aquelas com acesso restrito a esses recursos, estimulando a participação cívica ativa, bem como a defesa dos direitos individuais, coletivos e difusos.

Produto: Atendimento Realizado

Análise de desempenho da ação: A execução se deu pela realização de ações itinerantes, utilizando a metodologia intersetorial e centrada nas situações de vulnerabilidade social. Os atendimentos ocorreram em diversos locais como escolas, Igrejas e espaços comunitários. Em termos de produto físico (atendimentos realizados) a ação totalizou 26.498 mil atendimentos em 11 RI. O público alcançado pelas caravanas demonstra um perfil socioeconômico de extrema vulnerabilidade, com forte dependência de programas sociais e baixa escolaridade. A maioria dos atendidos possui renda familiar de até um Salário Mínimo/SM, na RI do Guamá 73% das pessoas declararam ter renda de até um SM, também há uma alta dependência de programas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada/BPC e o Bolsa Família, sendo esse o mais citado. As ações alcançaram grupos tradicionais como ribeirinhos, indígenas e quilombolas e nas ações houve uma predominância feminina em várias regiões.

Impactos Gerados: O impacto central das caravanas é a superação das barreiras geográficas e logísticas que impedem o acesso à cidadania plena no interior do Pará. Assim como a Garantia da Identidade Legal e Cidadania Primária: A emissão de documentos foi o serviço mais procurado, a ação também garantiu Registros de Nascimento. As caravanas atuaram diretamente na correção de pendências que impediam o exercício da cidadania, o principal motivo de procura era a documentação danificada ou a necessidade de atualizações civis. **Inclusão Social e Econômica:** A documentação fornecida serve como porta de entrada para benefícios sociais, o acesso à documentação garantiu direitos e entrada a programas governamentais para populações em vulnerabilidade social. Além do mais, as ações alcançaram áreas remotas que incluíram atendimento domiciliar humanizado (RI Rio Caeté e RI Araguaia) e a atuação em áreas rurais (917 residentes na área rural na RI Rio Capim), o que destaca a importância de estratégias itinerantes que ampliam o alcance do Estado.

Quadro 5 - Demonstrativo de Atividades: Realização de Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos

Região de Integração	Municípios	Meta Orçada	Meta ealizada	% Realizado
Araguaia	Água Azul do Norte	100	217	217%
	Bannach	100	120	120%
	Conceição do Araguaia	100	120	120%
	Cumaru do Norte	100	302	302%
	Floresta do Araguaia	100	193	193%
	Ourilândia do Norte	100	211	211%
	Pau D'Arco	100	110	110%
	Redenção	100	849	849%
	Rio Maria	100	137	137%
	Santa M ^a das Barreiras	100	204	204%
	Santana do Araguaia	100	389	195%
	São Félix do Xingu	100	108	54%
	Sapucaia	100	100	100%
	Tucumã	100	116	116%
	Xinguara	100	80	275%
Total		1.600	3.256	

Baixo Amazonas	Alenquer	100	170	170%
	Almeirim	100	0	0%
	Belterra	100	247	124%
	Curuá,	100	0	0%
	Faro	100	0	0%
	Juruti	100	267	267%
	Mojuí dos Campos	100	303	303%
	Monte Alegre	100	517	259%
	Óbidos	100	217	109%
	Oriximiná	100	310	310%
	Prainha	100	709	709%
	Santarém	100	194	59%
	Terra Santa	100	319	319%
	Total	1.300	3.253	
Carajás	Bom Jesus do Tocantins	100	100	77%
	Brejo G. do Araguaia	100	100	100%
	Canaã dos Carajás	100	100	100%
	Curionópolis	100	100	100%
Carajás	Eldorado dos Carajás	100	100	100%
	Marabá	100	150	150%
	Palestina do Pará	100	100	100%
	Parauapebas	100	100	100%
	Piçarra	100	136	136%
	São Domingos do Araguaia	100	100	100%
	São Geraldo do Araguaia	100	100	100%
	São João do Araguaia	100	100	100%
	Total	1200	1.286	

Guajará	Ananindeua	300	599	200%
	Belém	500	1.004	201%
	Benevides	300	142	47%
	Marituba	300	159	53%
	Santa Bárbara do Pará	300	331	110%
Total		1.700	2.235	
Guamá	Igarapé-Açu	400	548	137%
	Magalhães Barata	400	456	114%
	Maracanã	400	538	135%
	Terra Alta não progr	-	275	275%
Total		1.200	1.817	
Lago de Tucuruí	Beu Branco	-	223	-
	Goianésia do Pará	400	713	178%
	Nova Ipixuna.	400	100	25%
	Novo Repartimento	-	146	-
	Tucuruí	-	184	-

Marajó	Afuá,	100	177	177%
	Anajás,	100	148	148%
	Bagre	100	197	197%
	Breves	100	223	186%
	Cachoeira do Arari	100	177	177%
	Chaves	100	40	40%
	Curralinho	100	113	113%
	Gurupá	100	396	396%
	Melgaço	100	368	368%
	Muaná	100	409	409%
	Oeiras do Pará	100	158	158%
	Ponta de Pedras	100	241	241%
	Portel	100	92	92%
	Salvaterra	100	0	0%
	Santa Cruz do Ararari	100	151	151%
	São S. da Boa Vista	100	26	26%
	Soure	100	0	0%
Total		12.020	2.916	
Rio Caeté	Augusto Corrêa	400	461	115%
	Bragança	-	308	-
	Cachoeira do Piriá	-	170	-
	Nova Timboteua	-	200	-
	Peixe-Boi	400	280	%
	Tracuateua	400	405	101%
Total		1.200	1.824	

Rio Capim	Abel Figueiredo	100	100	100%
	Aurora do Pará	100	222	222%
	Bujaru	100	118	118%
	Capitão Poço	100	245	245%
	Concórdia do Pará	100	231	321%
	Dom Eliseu	100	155	155%
	Garrafão do Norte	100	153	153%
	Ipixuna do Pará	100	439	439%
	Irituia	100	318	318%
	Mãe do Rio	100	255	255%
	Nova Esperança do Piríá	100	242	242%
	Ourém	100	256	256%
	Paragominas	300	0	0%
	Rondon do Pará	100	100	100%
	Tomé-Açu	100	294	294%
	Ulianópolis	100	248	248%
Total		1.800	3.376	-
Tocantins	Abaetetuba	-	183	-
	Baião	-	190	-
	Igarapé Miri	-	171	-
	Mocajuba	-	410	-
	Moju	-	224	-
Total		-----	1.178	

Xingu	Altamira	100	2.185	2.815%
	Anapu	100	148	148%
	Brasil Novo	100	201	201%
	Medicilândia	100	156	156%
	Pacajá	100	198	198%
	Placas	100	247	247%
	Porto de Moz	100	143	143%
	Senador José Porfírio	100	272	272%
	Uruará	100	191	191%
	Vitória do Xingu	100	250	250%
Total		1.000	3.991	

Fonte: SEJU/SIGPLAN - 2025

OBJETIVO : PROMOVER AÇÕES DE JUSTIÇA E DIREITOS DIFUSOS

Ação 2270 - Apoio a Eventos de Promoção da Justiça, Cidadania e Direitos Difusos

O objetivo é apoiar e organizar eventos que fomentem a conscientização e educação acerca de justiça, cidadania e direitos difusos, caracterizados por interessar a coletividades, incentivando a participação ativa dos cidadãos na defesa de seus direitos e no exercício consciente da cidadania, além de proporcionar um ambiente propício para discussões, troca de experiências e aprendizado sobre esses temas fundamentais.

Produto: Evento Apoiado

Análise de desempenho da ação: A SEJU executou/apoiou um total de 77 eventos em 2025, a execução física dessas ações utilizou diversas metodologias para atingir diferentes públicos. O método mais frequente foi a palestra no formato Talk Show, utilizada dentro do Projeto Prevenção 360°, que tem como objetivo promover diálogos abertos e seguros sobre a prevenção do uso de substâncias psicoativas em escolas públicas. Outras metodologias incluíram: Abordagem Direta com distribuição de materiais gráficos sobre riscos do uso de drogas e informações sobre a rede de serviços disponíveis - Utilizada em eventos de grande circulação como a Campanha de Verão (nos terminais rodoviário e hidroviário de Belém e nas praias de Mosqueiro e Bragança) e o "Mega Help" onde aproximadamente 4.000 pessoas foram alcançadas em uma única iniciativa sobre saúde mental e agravos do uso de drogas e psicoativos. Outra metodologia foi a Práticas de Justiça Restaurativa/Círculo de Construção de Paz - aplicada em eventos focados em direitos humanos e autocuidado, como a ação "Escola de Família Atípicas do Marajó" com a participação de mães atípicas. Além de apoio institucional a capacitação de profissionais da rede de atenção (Baixo Amazonas) e a formatura do PROERD em Ananindeua, na qual mais de 400 alunos e familiares foram envolvidos.

Estima-se que as ações alcançaram aproximadamente 47.822 pessoas, considerando a soma dos atendimentos com perfil identificado e as estimativas de grande público em eventos de acesso livre, as atividades chegaram a 18 municípios distribuídos entre as 9 Regiões de Integração. O público atendido foi predominantemente de jovens (13 a 18 anos) e estudantes, com alta concentração em faixas de baixa renda (a maioria vivendo com até dois SM). A RI do Guajará teve a maior concentração de atividades realizadas nos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba. Na RI do Araguaia abrangeu-se os municípios de Redenção e Pau D'Arco, R I Rio Capim com Bujaru, RI Marajó com Breves, RI Baixo Amazonas com Santarém, RI Rio Caeté com Bragança e RI Tocantins com Cametá.

Os impactos das ações são medidos pela ampliação do acesso à informação, o fortalecimento de redes de atendimento e a provisão direta de serviços, alinhados aos ODS 3 Promoção de Saúde e Prevenção, as ações resultaram no avanço da prevenção ao uso de drogas e estimularam escolhas saudáveis.

Produto: Pessoa Atendida

Quadro 6 - Demonstrativo de Atividades: Apoio a Eventos de Promoção da Justiça, Cidadania e Direitos Difusos

Região de Integração	Municípios	Meta Orçada	Meta Realizada	% Realizado
Araguaia	Pau D'Arco	-	1	-
	Redenção	-	1	-
	Xinguara	1	1	100%
Baixo Amazonas	Santarém	2	1	50%
Carajás	Marabá	2	1	50%
	Parauapebas	-	1	-
Guajará	Ananindeua	-	3	-
	Belém	11	44	400%
	Marituba	1	1	100%
Guamá	Castanhal	1	1	100%
	Maracanã	-	1	-
Marajó	Breves	2	2	100%
	Curralinho	1	1	100%
	Salvaterra	1	1	100%
	São S. da Boa Vista	1	1	100%
	Soure	1	1	100%
Rio Caeté	Bragança	1	1	100%
	Salinópolis.	1	1	100%
Rio Capim	Bujaru	-	2	-
	Paragominas	2	4	200%
Tocantins	Cametá.	1	1	100%
Xingu	Altamira	1	1	100%
	Placas	-	1	-
	Porto de Moz	-	2	-
	Uruará	-	1	-
Total		29	75	-----

AÇÃO 8801

Promoção dos Direitos Difusos

Visa proporcionar um atendimento eficiente e eficaz ao público, focando na proteção e defesa dos direitos do consumidor, incluído orientação aos consumidores sobre seus direitos e deveres, mediação de conflitos entre consumidores e fornecedores, fiscalização para assegurar o cumprimento das normas de proteção ao consumidor, bem como promover a educação para o consumo consciente.

Produto: Atendimento Realizado Análise de desempenho da ação

Região de integração Guajará, município Belém não foi utilizado recursos do tesouro haja visto que as despesas foram realizadas pelo fundo estadual de defesa dos direitos difusos de acordo com as solicitações do PROCON.

Quadro Demonstrativo de Atividades

Região de Integração	Municípios	Meta Orçada	Meta realizada	% Realizado
Guajará	Belém	100	0	0%

Fonte: SEJU/SIPLAN - 2025

AÇÃO 8803 - FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS PARA GARANTIA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

A Ação visa garantir que estabelecimentos comerciais, produtos e serviços estejam em total conformidade com as leis e regulamentos de proteção ao consumidor. Isso envolve proteger os consumidores contra práticas comerciais desleais, produtos perigosos ou serviços inadequados, e promover um ambiente de mercado justo e transparente

Produto: Fiscalização Realizada Análise de desempenho da ação

Região de integração Guajará, município Belém não foi utilizado recursos do tesouro haja visto que as despesas foram realizadas pelo fundo estadual de defesa dos direitos difusos de acordo com as solicitações do PROCON.

Quadro Demonstrativo de Atividades

Região de Integração	Municípios	Meta orçada	Meta Realizada	% Realizado
Guajará	Belém	50	0	0%

Fonte: SEJU/SIGPLAN – 2025

AÇÃO 2272 - PROMOÇÃO DE AÇÕES EDUCATIVAS SOBRE DROGAS

A iniciativa tem como foco promover atividades que educam e informam indivíduos, especialmente jovens, sobre os riscos e consequências do uso de drogas, tanto ilícitas quanto lícitas, utilizando uma abordagem educativa e preventiva. Seus objetivos são educar sobre os efeitos físicos, mentais e sociais do consumo de drogas, aumentar a conscientização sobre os perigos relacionados a esse consumo e os benefícios de adotar um estilo de vida livre de drogas. Adicionalmente, busca desenvolver habilidades para tomada de decisões informadas e resistência à pressão social pelo uso de drogas, contribuindo assim para escolhas mais saudáveis e seguras.

Produto: Pessoa Atendida Análise de desempenho da ação

Demonstra-se que o objetivo foi alcançado, pois as ações não apenas promoveram a educação para a saúde, mas também abordaram o fortalecimento da autonomia e da reflexão crítica dos participantes, o reforço do cuidado mútuo, a promoção do respeito e inclusão no acolhimento, além do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os resultados se alinham com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, como ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e ODS 10 (Redução das Desigualdades).

O perfil predominante foi de jovens e adolescentes (13 a 18 anos), estudantes, de baixa escolaridade e com renda familiar concentrada em até um salário mínimo, indicando alta vulnerabilidade socioeconômica, foram de 1.434 pessoas atendidas entre as 11 Regiões de Integração alcançadas. Nas ações em escolas foram utilizadas as metodologias de Círculos de Construção de Paz, Escuta Ativa Restaurativa; Palestras no formato *Talk show* que tiveram como objetivo estimular diálogos sobre prevenção ao uso de drogas, alinhados ao componente curricular "Projeto de Vida". Em Ananindeua, o Programa Educativo sobre Drogas (PED) promoveu a educação para a saúde e a reflexão crítica para mais de 50 reeducandos encaminhados pela Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPMA), com encontros semanais utilizando técnicas e dinâmicas motivacionais.

No Dia Internacional de Combate às Drogas foram realizadas séries de ações educativas, incluindo rodas de conversa, escuta ativa, exposição dialogada e dinâmica de grupo em Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), na Universidade Federal do Pará (UFPA), Conselho Tutelar, Comunidade Terapêutica e em Unidades de Atendimento Socioeducativo.

Impactos Gerados: Os impactos das ações se manifestam principalmente na prevenção, fortalecimento de redes e cumprimento de medidas judiciais, as ações estimularam diálogos seguros e respeitosos sobre a prevenção ao uso de substâncias psicoativas em pais, alunos, integrantes da rede de atendimento, comunidade em geral.

Indetificou-se nos relatórios do SIGPLAN que o projeto atividade 2272 - Promoção de ações Educativas sobre Drogas foi realizado no município de Abaetetuba, no mês de julho, porém a ação não informada em relatório mensal pela executora dessa ação.

Quadro 7 -Demonstrativo de Atividades: Promoção de Ações Educativas sobre Drogas

Região de Integração	Municípios	Meta Orçada	Meta Realizada	%Alcançado
Araguaia	Pau D'Arco	10	29	290%
	Redenção	20	27	135%
Baixo Amazonas	Faro	10	0	0%
	Santarém	20	22	110%
	Terra Santa	-	85	-
Carajás	Marabá	10	30	300%
Guajará	Ananindeua	50	128	256%
	Belém	60	87	145%
Guamá	Santa Izabel do Pará	20	24	120%
	Terra Alta	1	20	200%
Lago de Tucuruí	Breu Branco	10	32	320%
Marajó	Afuá	10	21	210%
	Breves	10	14	140%
	Gurupá	-	15	-
	Muaná	-	10	-
Rio Caeté	Salinópolis	10	14	140%
	Viseu	10	26	260%
Rio Capim	Aurora do Pará	10	59	590%
	Irituia	20	52	260%
	Paragominas	20	30	150%
Tapajós	Itaituba.	10	18	160%
Xingu	Altamira	10	133	1.330%
	Anapu	10	217	2.170%
	Pacajá	-	341	-
Total		341	1.434 pessoas atendidas	

AÇÃO 2271

Promoção de Ações de Justiça e Cidadania

Esta iniciativa tem como meta o desenvolvimento e implementação de atividades que visam fortalecer conceitos e práticas de justiça e cidadania na sociedade. Ela se adapta aos objetivos específicos e ao contexto em que é inserida, buscando não só robustecer o entendimento e a aplicação dos princípios de justiça e cidadania entre os cidadãos, mas também promover o acesso à justiça e assegurar a proteção e respeito aos direitos civis e humanos.

Produto: Pessoa Atendida

Análise de desempenho da ação: O alcance do objetivo da ação é evidente no volume e na natureza dos serviços prestados, que incluem a emissão de Registro Geral (RG), o monitoramento de direitos violados e a atenção à população migrante e refugiada. O foco especial na garantia da documentação civil buscou reduzir desigualdades e promover a inclusão social, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), notavelmente o ODS 10 (Redução das Desigualdades) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Execução Física: A execução englobou atendimentos na sede da SEJU, atendimentos domiciliar ou hospitalar, para pessoas com mobilidade reduzida ou inviabilizadas de comparecer à sede e nos Núcleos Regionais de Justiça (RI Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Marajó, Rio Capim e Xingu). A demanda nas ações concentrou-se majoritariamente na emissão de documentação civil, sendo o RG a procura mais expressiva, seguida pela de Monitoramento de Direitos Violados e Atenção a Refugiados e Migrantes, além de ações específicas do projeto “Justiça no Campo e nas Águas” que realizou cadastros no sistema PesqBrasil a pescadores e agricultores em São Caetano de Odivelas (RI Guamá), distrito de Mosqueiro/Belém e Ananindeua (RI Guajará).

Público Atendido: foi marcado por alta vulnerabilidade socioeconômica e educacional, com renda de até um salário mínimo, a maioria possui baixa instrução, predominância de mulheres na procura por serviços de documentação, refletindo sua centralidade no cuidado familiar. A Ação alcançou 19 municípios distribuídos entre as 12 RIs do Pará, ao todo foram 22.695 pessoas atendidas, entre as quais 72 procuras para uso do nome social impactando direto na dignidade e no reconhecimento da identidade de gênero de grupos marginalizados de homens trans e mulher trans, entre outros).

Os resultados gerados são diretos e indiretos, focados na inclusão social e garantia de direitos, pois a identificação civil é crucial para o acesso a políticas públicas de saúde, educação, programas sociais e inserção no mercado de trabalho. Ao descentralizar os serviços e priorizar atendimentos domiciliares, as ações agiram como uma "ponte" para a inclusão formal da população vulnerável, que enfrenta barreiras físicas e financeiras para acessar a cidadania.

Quadro 8 - Demonstrativo de Atividades: Promoção de Ações de Justiça e Cidadania

Região de Integração	Municípios	Meta Orçada	Metae ralizada	%Realizado
Araguaia	Xinguara	40	41	103%
Baixo Amazonas	Santarém.	40	3.383	8.458%
Carajás	Marabá	40	0	%
Guajará	Belém	10.500	16.665	1.878%
Guamá	Castanhal	40	76	190%
	São Caetano	-	20	-
	Terra Alta	-	65	-
	Vigia	-	20	-
Lago de Tucuruí	Tucuruí	40	40	100%
Marajó	Breves.	40	335	838%
Rio Caeté	Bragança	40	40	100%
	Santa Luzia do Pará	-	48	-
Rio capim	Bujaru	-	1	-
	Irituia	-	2	-
	Paragominas	40	1.123	2.808%
Tapajós	Itaituba	40	72	180%
Tocantins	Acará	-	23	-
	Cametá	40	50	125%
Xingu	Altamira	40	691	1.728%
Total		1.940	22.695	-----

PROGRAMA: CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS

HUMANOS/OGE/FEDDD

OBJETIVO : PROMOVER AÇÕES DE JUSTIÇA E DIREITOS DIFUSOS

O PROCON-PA, vem apresentar as ações, resultados e desafios enfrentados em um contexto marcado por transformações socioeconômicas e pela preparação da cidade de Belém para sediar a 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 30. A atuação do PROCON-PA foi estratégica e proativa, consolidando-se como referência nacional em fiscalização preventiva e proteção ao consumidor, estruturou ações multissetoriais voltadas à contenção de práticas abusivas, à promoção da transparência nas relações de consumo e à valorização da ética comercial.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Diretoria de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON-PA) está vinculada à Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), operando com uma estrutura que visa otimizar o atendimento, a fiscalização e a resolução de conflitos consumeristas em todo o estado.



A atuação do PROCON/PA abrange desde o fortalecimento institucional, capacitação de equipes municipais até a fiscalização de temas de alta relevância social, como a adulteração de alimentos, o preço abusivo em eventos esportivos e a preparação para a COP30 são pilares fundamentais para a eficácia das políticas de defesa do consumidor no estado. As atividades de articulação, capacitação e presença junto à população não apenas fortalecem o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor, mas também amplia o alcance geográfico do órgão, permitindo uma abordagem proativa e educativa sobre questões de consumo emergentes. A seguir, são detalhadas as principais iniciativas que marcaram o período, evidenciando o compromisso com a integração institucional e a cidadania.

AÇÃO 8801 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS – ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR

A execução dessa garantiu a proteção e a promoção dos direitos dos consumidores paraenses, por meio de ações integradas de atendimento, conciliação e educação para o consumo. O principal produto gerado por essas ações é o Atendimento Realizado, que visa solucionar lides consumeristas entre consumidores e fornecedores de forma célere, justa e eficaz. São desenvolvidas por meio de uma rede de polos fixos incluindo a sede em Belém, polos fixos em Marabá e Santarém, as Estações Cidadania e as Usinas da Paz e por meio do Procon Móvel, que tem ampliado significativamente o alcance territorial do órgão, promovendo a interiorização dos serviços de proteção e defesa do consumidor em regiões de difícil acesso. Representa uma porta de entrada do cidadão aos serviços do PROCON/PA, sendo fundamental para a materialização da política de defesa do consumidor no estado.

O trabalho de implantação de PROCONs municipais foi uma meta contínua, com reunião e visitas técnicas, incluindo palestra para fornecedores. As ações de atendimento e orientação ao consumidor foram levadas ao interior de forma itinerante nas diversas Regiões de Integração, na Região do Tocantins em Acará e Mocajuba com Visita Técnica para instalação de balcão de atendimento e Igarapé-Miri, atendendo solicitação da Prefeitura Municipal, na Região Xingu abrangendo Medicilândia, Brasil Novo, Altamira e Anapu, Região Araguaia Redenção, Tucumã e São Félix do Xingu e Xinguara, Região Rio Caeté com Ação Verão 2025 Atendimento, orientação e fiscalização nos municípios de Tracuateua, São João de Pirabas e Salinópolis. Em São João de Pirabas, houve palestra focada no público idoso sobre empréstimos e educação financeira.

Além disso, o PROCON participou de grandes eventos de cidadania, como a Ação de Cidadania "Olhar do Bem" em Abaetetuba, prestando orientação e resolução de demandas para a população em vulnerabilidade social. O PROCON/PA cumpriu papel estruturante na política de proteção e defesa do consumidor em 2025 integrou a rede estadual, qualificou equipes, alcançou públicos vulneráveis, interiorizou atendimentos e fortaleceu boas práticas de fornecedores. Seus resultados operacionais, articulados a parcerias estratégicas consolidam a educação para o consumo como eixo essencial da atuação. Com aprimoramentos em monitoramento, continuidade de capacitações e expansão de balcões de atendimento, o PROCON/PA está posicionado para ampliar impacto e sustentabilidade das ações no próximo ciclo.

CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2024/2027

Os dados disponibilizados ilustram um cumprimento consistente das metas estabelecidas para o exercício de 2025, com resultados expressivos em diversos municípios do estado. As iniciativas de atendimento realizadas em polos estratégicos — como Belém, Ananindeua, Redenção e Xinguara — demonstram a efetividade da política pública de defesa do consumidor, atingindo e superando as metas propostas pelo PPA. Esse desempenho reafirma o compromisso do PROCON/PA em assegurar os direitos dos consumidores, alinhando-se diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 16, que promove sociedades pacíficas e inclusivas. A metodologia de contabilização dos atendimentos manteve-se em 2025 como instrumento de transparência e precisão, garantindo que os dados reportados à SEPLAD reflitam fielmente a realidade das ações realizadas. Apesar das variações entre municípios, observa-se que o volume de atendimentos realizados corresponde às metas estabelecidas, evidenciando a eficácia da gestão e a capacidade de adaptação às demandas locais.

Quadro de Metas do PPA 2025				
Região de Integração	Município	Meta	Meta Realizada	%
Araguaia	Redenção	50	141	282
	São Félix do Xingu	15	100	666,66
Araguaia	Tucumã	15	50	30
	Xinguara	50	148	296
Guajará	Ananindeua	500		-
	Belém	12.000	13.324	111
	Benevides	50	50	100
Rio Caeté	Salinópolis	15	450	3.000
	São João de Pirabas	15	28	187
	Tracuateua	15	19	127
Xingu	Altamira	15	25	167
	Brasil Novo	15	52	347
	Medicilândia	15	36	240
Total	13	12.770	14.423	112,9

FONTE: PROCON-PA /SIGPLAN

O cumprimento integral e a superação das metas do PPA 2025 em 112,9 % confirmam a solidez da atuação do PROCON/PA. A integração entre municípios, a interiorização das ações e o alinhamento às diretrizes estratégicas reforçam o compromisso com a melhoria contínua, a transparência e a efetividade das políticas públicas. Esse resultado demonstra que os direitos dos consumidores estão sendo protegidos de forma abrangente, eficiente e sustentável, consolidando o PROCON/PA como um agente essencial na promoção da cidadania e na defesa dos direitos difusos.

Análise de Atendimentos ao Consumidor: Desempenho e Tendências

O PROCON/PA consolidou em 2025 um conjunto expressivo de ações voltadas à capacitação, educação para o consumo e interiorização dos serviços. Além de fortalecer a rede estadual de defesa do consumidor, conforme a Tabela 1, com destaques para a Capacitação contínua com a realização de 25 palestras e cursos para servidores e agentes municipais, obtendo o alcance social de 1.346 participantes diretos, que teve como foco públicos vulneráveis (idosos, jovens, consumidores super endividados), na Educação para o consumo 3.701 Materiais educativos (CDC, cartilhas, folders) foram entregues em diferentes municípios, distribuídos em ações educativas, ampliando o acesso à informação.

TABELA 1		
Indicador	Resultado	Observação
Total de palestras e cursos	35	Capacitações e formações técnicas realizadas em diversos municípios e públicos
Total de participantes em Palestras/ Cursos	1.310	Inclui servidores, fornecedores, estudantes, idosos, militares e público em geral
Total de Orientações com distribuição de KITS educativos	2.811	Materiais educativos (CDC, cartilhas, folders) entregues em ações de conscientização

A Tabela 2 consolida os dados de atendimento, distinguindo os registros dos polos geridos diretamente pela SEJU/PROCON daqueles administrados em parceria com a Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania – SEAC, nas USIPAZ; e os polos administrados pela Secretaria de Planejamento e Administração – SEPLAD, nas Estações Cidadania.

TABELA 2: resultado dos atendimentos nos pólos.

MÊS	SECRETARIA	RECLAMAÇÃO	CONSULTAS	DENÚNCIAS	TOTAL
JANEIRO	SEJU/PROCON	409	651	8	1.068
	SEAC/ USINA	105	271	--	376
	SEPLAD/E.CID.	116	190	1	307
FEVEREIRO	SEJU/PROCON	350	551	13	914
	SEAC/ USINA	129	158	--	287
	SEPLAD/E.CID.	125	325	--	450
MARÇO	SEJU/PROCON	304	471	7	782
	SEAC/ USINA	134	278	-	412
	SEPLAD/E.CID.	102	134	--	236
ABRIL	SEJU/PROCON	343	483	2	828
	SEAC/ USINA	82	260	-	342
	SEPLAD/E.CID.	78	76	--	154
MAIO	SEJU/PROCON	419	635	4	1.058
	SEAC/ USINA	112	306	---	418
	SEPLAD/E.CID.	137	143	--	280
JUNHO	SEJU/PROCON	392	620	8	1.020
	SEAC/ USINA	63	247	--	310
	SEPLAD/E.CID.	113	136	1	250
JULHO	SEJU/PROCON	383	514	2	899
	SEAC/ USINA	53	103	--	156
	SEPLAD/E.CID.	135	110	2	247
AGOSTO	SEJU/PROCON	319	512	1	832
	SEAC/ USINA	84	253	--	337
	SEPLAD/E.CID.	84	118	--	202

SETEMBRO	SEJU/PROCON	358	620	12	990
	SEAC/ USINA	151	394	---	545
	SEPLAD/E.CID.	67	167	1	235
OUTUBRO	SEJU/PROCON	398	802	471	1.671
	SEAC/ USINA	82	223	---	305
	SEPLAD/E.CID.	84	115	---	199
NOVEMBRO	SEJU/PROCON	148	667	288	1.103
	SEAC/ USINA	53	129	5	187
	SEPLAD/E.CID.	140	233	---	373
DEZEMBRO	SEJU/PROCON	337	860	254	1.451
	SEAC/ USINA	90	214	2	306
	SEPLAD/E.CID.	99	184	1	284
TOTAL	SEJU/PROCON (1)	4.160	7.386	1.071	12.616
	SEAC/ USINA (2)	1.138	2.836	7	3.981
	SEPLAD (3)	1.280	1.931	5	3.217
TOTAL GERAL (1)+(2)+(3)		6.578	12.153	1.083	19.814

Fonte: GA/PROCON/PA – 2025

A segregação dos dados de atendimento entre as secretarias foi implementada formalmente em janeiro de 2024, conforme determinação da Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD), com o objetivo de evitar duplicidades nos registros utilizados pela Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC) e pela própria SEPLAD.

A partir dessa medida, o PROCON/PA passou a ser responsável exclusivamente pelo registro dos atendimentos realizados na Sede em Belém e nos polos sob sua gestão direta, como os Polos Móveis e os Núcleos Regionais (exemplo: Santarém). Cabe destacar que, em abril de 2025, o município de Marituba deixou de utilizar o sistema ProConsumidor vinculado ao PROCON/PA, em razão da implementação de sua própria Lei Municipal de criação do órgão de defesa do consumidor, assumindo autonomia na gestão de seus atendimentos.

Tabela 3: Análise Comparativa de Atendimentos (2024 vs. 2025)					
Período	Entidade	Reclamação	Consultas	Denúncias	Total
2024 (Jan-Dez)	SEJU/PROCON	4.191	8.308	148	12.647
	SEAC	1.639	3.190	1	4.830
TOTAL 2024	SEJU + SEAC	5.830	11.498	149	17.477
2025 ¹	SEJU/PROCON	4.160	7.386	1.071	12.616
	SEAC	1.138	2.836	7	3.981
	SEPLAD	1.280	1.931	5	3.217
TOTAL 2024	SEJU + SEAC+SEPLAD	6.578	12.153	1.083	19.814

Dados de 2025 referem-se aos meses de janeiro a dezembro. Os totais de SEJU/PROCON incluem os polos de Belém (Sede e PROCON Móvel) e Santarém. Os totais da SEAC incluem apenas o polo nas USINAS DA PAZ, polos geridos pela SEAC/USIPAZ-ICUÍ, Bengui e Cabanagem. Neste ano foi incluído os números computados pelas Estações Cidâneas onde os atendimentos são computados para SEPLAD.

Fonte: Tabela 2 - GA/PROCON/PA – 2025

A análise dos dados corrigidos para 2025 revela a manutenção de um robusto volume de atendimentos. Nos 12(doze) meses reportados, o total combinado (SEJU, SEAC e SEPLAD) alcançou 19.814 atendimentos. Extrapolando este ritmo, projeta-se um volume anual superior aos 17.477 atendimentos registrados nos meses de 2024, indicando uma crescente demanda pelos serviços do órgão. A proporção entre reclamações e consultas permanece estável, com as consultas representando aproximadamente 64% do total, o que reforça o papel consultivo e preventivo do PROCON/PA.

Comparação 2024 vs. 2025:

A Tabela 3 permite avaliar a evolução dos atendimentos:

- Em 2024, foram registrados 17.477 atendimentos (5.830 reclamações, 11.498 consultas e 149 denúncias).
- Em 2025, o total subiu para 19.814 atendimentos, representando um crescimento de 13,4% em relação ao ano anterior.

O aumento foi especialmente expressivo nas denúncias, que passaram de 149 em 2024 para 1.083 em 2025 (+627%). Esse crescimento decorre da nova metodologia de segregação dos dados entre SEJU, SEAC e SEPLAD que trouxe maior precisão na contabilização, mas também da maior procura pelos canais oficiais do PROCON/PA. As consultas mantiveram-se como a modalidade predominante, representando cerca de 64% do total, reforçando o caráter preventivo e informativo da atuação do órgão.

Desempenho Comparativo das Audiências de Conciliação

Os dados agregados das audiências de conciliação permitem uma análise quantitativa da capacidade do PROCON/PA em mediar e solucionar disputas de consumo, conforme detalhado na Tabela 4.

Tabela 4: Desempenho Comparativo das Audiências de Conciliação							
MÊS	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL SEM RESULTADO (Ausência Consumidor)	COM ACORDO	ACORDO HOMOLOGADO	SEM ACORDO (Encaminhado CPAD)	DESC. DE ACORDO	TOTAL DE PROCESSOS/ Soma das Colunas
JANEIRO	133	55	30	0	48	0	133
FEVEREIRO	97	43	23	0	31	0	97
MARÇO	98	60	15	0	23	0	98
ABRIL	115	45	18	0	52	0	115
MAIO	107	46	17	0	44	0	107
JUNHO	144	49	21	0	74	0	144
JULHO	104	39	11	0	54	0	104
AGOSTO	101	45	12	0	44	0	101
SETEMBRO	65	33	7	0	25	0	65
OUTUBRO	96	41	19	0	36	0	96
NOVEMBRO	60	19	4	0	25	0	60
DEZEMBRO	41	8	12	0	21	0	41
TOTAL GERAL	1.193	490	188	0	436	0	1.193

AÇÃO 8803 - FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, PRODUTOS E SERVIÇOS PARA GARANTIA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Ao promover fiscalizações rigorosas, campanhas educativas e ações preventivas, o PROCON/PA contribuiu para um mercado mais justo e transparente, estimulando práticas comerciais éticas e sustentáveis. Dessa forma, a defesa do consumidor no Pará não apenas garantiu direitos individuais, mas também colaborou para metas globais de desenvolvimento sustentável, posicionando o Estado como referência na integração entre cidadania, justiça social e responsabilidade ambiental, não se limitando a fiscalizar estabelecimentos, mas buscou estruturar uma política pública integrada que unisse educação para o consumo, prevenção de práticas abusivas e fortalecimento institucional. Por meio da capacitação contínua de servidores, da ampliação da presença do Estado em municípios do interior e da criação de mecanismos de resolução de conflitos, o programa garantiu que os consumidores tivessem acesso a serviços mais eficientes e que os fornecedores fossem orientados e responsabilizados quando necessário. Dessa forma, o Programa Temático consolidou-se como um instrumento estratégico para equilibrar as relações de consumo, promover cidadania e alinhar o Pará às metas globais de desenvolvimento sustentável.

- Objetivo: aprimorar serviços de defesa do consumidor nos municípios do Pará.
- Estratégias: capacitação de servidores, fortalecimento da gestão e ampliação da presença do Estado.
- Alinhamento: ODS 16 (sociedades inclusivas e instituições eficazes).

As operações especiais em datas estratégicas, como Carnaval, Semana Santa, Círio de Nazaré e Natal, reforçaram a presença do Estado em momentos de grande movimentação econômica e social. Além disso, o PROCON/SEJU atuou em parceria com órgãos como ANP, IMETRO e MPPA, ampliando o alcance das fiscalizações em setores sensíveis como combustíveis, alimentos e bebidas. A participação em eventos nacionais e regionais, bem como a integração com os Procons Municipais, fortaleceu a rede de proteção ao consumidor e garantiu maior uniformidade nas ações. Essas iniciativas evidenciam não apenas o caráter punitivo da fiscalização, mas também seu papel educativo e preventivo, consolidando a missão institucional de assegurar relações de consumo mais equilibradas e transparentes em todo o Estado do Pará.

Tabela 1: Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais, Produtos e Serviços programados através do Plano Plurianual – PPA 2024/2027.

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ESTABELECIMENTOS PROGRAMADOS	ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS
R.I CAETÉ	1	50	50
R.I CAPIM	15	331	385
R.I ARAGUAIA	14	295	315
R.I GUAJARÁ	5	290	483
R.IBAIXO AMAZONAS	15	304	315
TOTAL	50	1.270	1.548

Tabela 2: Detalhamento dos municípios atendidos, quantitativo das metas e Estabelecimentos Comerciais fiscalizados PPA 2024-2027, exercício 2025.

REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ESTABELECIMENTOS PROGRAMADOS	ESTABELECIMENTOS FISCALIZADOS
R.I ARAGUAIA	REDENÇÃO	40	43
	SANTANA DO ARAGUAIA	20	21
	CUMARU DO NORTE	12	12
	CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	30	33
	SANTA Mª DAS BARREIRAS	15	15
	XINGUARA	35	35
	RIO MARIA	20	20
	PAU D´ARCO	12	12
	SAPUCAIA	15	15
	FLORESTA DO ARAGUAIA	15	15
	BANNACH	12	15
	ÁGUA AZUL DO NORTE	12	13
	OURILÂNDIA DO NORTE	20	20
	TUCUMÃ	12	12
	SÃO FELIX DO XINGU	25	34

R.I CAETÉ	SALINÓPOLIS	50	50
R.I GUAJARÁ	ANANINDEUA	50	52
	BELÉM	300	386
	BENEVIDES	10	15
	MARITUBA	20	20
	SANTA BÁRBARA DO PARÁ	10	10
R.I CAPIM	IPIXUNA DO PARÁ	15	15
	PARAGOMINAS	60	61
	ULIONÓPOLIS	12	13
	DOM ELISEU	30	31
	RODON DO PARÁ	25	27
	ABEL FIGUEIREDO	15	15
	IRITUIA	20	20
	CAPITÃO POÇO	25	25
	OURÉM	15	15
	GARRAÇÃO DO NORTE	12	12
	NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ	20	20
	BUJARU	10	20
	CONCÓRDIA DO PARÁ	15	34
	TOMÉ-AÇU	25	30
	AURORA DO PARÁ	12	19
	MÃE DO RIO	20	28
R.I BAIXO AMAZONAS	MONTE ALEGRE	30	30
	ALENQUER	30	32
	ÓBIDOS	30	30

R.I BAIXO AMAZONAS	ORIXIMINÁ	30	30
	SANTARÉM	60	63
	MOJUÍ DOS CAMPOS	10	11
	BELTERRA	15	17
	FARO	10	11
	TERRA SANTA	10	12
	JURUTI	35	35
	ALMEIRIM	20	20
	PRAINHA	12	12
	CURUÁ	12	12
TOTAL	50	1.202	1.548

A análise detalhada do quadro de fiscalização de estabelecimentos comerciais, produtos e serviços conforme o Plano Plurianual – PPA 2024/2027 revela um panorama abrangente das ações do PROCON/PA em diversos municípios do Estado ao longo do ano de 2025. Este quadro não apenas reflete o cumprimento das metas de fiscalização, mas também permite identificar as áreas onde as metas não foram inicialmente cumpridas, oferecendo uma oportunidade para avaliar os desafios e as ações corretivas tomadas.

Resultados Quantitativos :

Os resultados quantitativos alcançados pelo PROCON em 2025 refletem de forma clara a intensidade e a abrangência das ações de fiscalização realizadas ao longo do ano, conforme a Tabela 15. O elevado número de estabelecimentos fiscalizados, somado às denúncias atendidas e aos autos de infração e constatação expedidos, demonstra a efetividade da atuação do PROCON/PA na proteção dos consumidores. Além disso, a emissão de fichas de orientação e de registros específicos em postos de combustíveis evidencia o caráter educativo e preventivo das atividades, que não se limitam à punição, mas também buscam orientar fornecedores e promover práticas comerciais mais responsáveis. Esses indicadores reforçam o compromisso em garantir relações de consumo mais equilibradas e transparentes, consolidando a confiança da sociedade na atuação do PROCON/PA e contribuindo para o fortalecimento da cidadania em todo o Estado do Pará.

Tabela 4: Resultados quantitativos

Indicador	Quantidade
Estabelecimentos fiscalizados (Capital, Região Metropolitana e Interior)	1.548
Denúncias atendidas	60
Autos de infração expedidos	50
Autos de constatação expedidos	244
Fichas de orientação ao fornecedor	529
Fichas de postos de combustíveis	143

A análise qualitativa dos dados referentes ao exercício de 2025 segundo a Tabela 5 abaixo, evidencia um cenário expressivo no que se refere às multas aplicadas e à arrecadação efetiva. O montante total das multas alcançou R\$ R\$ 5.771.960,65 (cinco milhões, setecentos e setenta e um mil, novecentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), enquanto a arrecadação chegou ao montante de R\$ 199.069,29 (cento e noventa e nove mil, sessenta e nove reais e vinte e nove centavos), que correspondem aos pagamentos realizados de forma espontânea ou por processos administrativos finalizados. Considerando os descontos previstos na Portaria nº 386/1998 SEJU/PA, assegurados em seu Art. 1º, I: “Para pagamento até o dia 10 após o recebimento da notificação sobre a aplicação da multa, expedida pela Divisão de Decisões Sancionatórias e de Recursos do PROCON, redução de 50%, o valor arrecadado nos meses de janeiro a dezembro, corresponde a 50% de R\$ 398.138,58 (trezentos e noventa e oito mil, cento e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos).

Considerando os descontos previstos na Portaria nº 386/1998 – SEJU/PA, que assegura redução de 50% para pagamentos efetuados até dez dias após o recebimento da notificação, o valor arrecadado entre janeiro e outubro corresponde exatamente à metade de R\$ 287.293,56 (duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e seis centavos).

Tabela 5: multas aplicadas e à arrecadação efetiva

Meses	Processos Recebidos com Decisões Administrativas	Recursos Interpostos	Dívida Ativa	Multas Aplicadas	Arrecadação
Janeiro	15	6	9	R\$335.289,70	R\$13.826,14
Fevereiro	9	4	0	R\$270.872,80	R\$20.009,29
Março	7	1	0	R\$471.527,40	R\$5.020,76
Abril	8	3	0	R\$487.331,95	R\$39.734,36
Maio	8	0	0	R\$374.501,40	R\$7.201,95
Junho	3	4	0	R\$249.667,60	R\$0,00
Julho	0	3	0	R\$0,00	R\$4.919,73
Agosto	20	1	0	R\$2.242.207,10	R\$11.203,03
Setembro	18	12	0	R\$610.765,10	R\$16.804,55
Outubro	8	23	8	R\$374.501,40	R\$24.934,75
Novembro	5	2	0	R\$192.052,00	R\$23.206,28
Dezembro	5	4	0	R\$163.244,20	R\$32.208,45
Total	106	63	17	R\$5.771.960,65	R\$199.069,29

O desempenho em 2025 evidencia avanços significativos na instrução, saneamento e aplicação de penalidades administrativas, com destaque para:

- Multas aplicadas: R\$ 5.416.664,45;
- Arrecadação efetiva: R\$ 143.646,56;
- Publicações oficiais: 99 decisões administrativas;
- Atendimentos externos: 77 a advogados e representantes legais.

Entretanto, os desafios permanecem, especialmente quanto à insuficiência de recursos humanos e à necessidade de modernização dos procedimentos de notificação e controle recursal.

CONCLUSÃO PROCON

A gestão da Política Nacional de Relações de Consumo no Estado do Pará em 2025 reafirma o papel central da Secretaria de Estado de Justiça na defesa dos direitos do consumidor paraense, em um ano marcado por grandes desafios e pela preparação da cidade de Belém para sediar a COP30. As ações desenvolvidas demonstraram não apenas eficiência operacional, mas também capacidade de articulação interinstitucional e inovação na prestação de serviços, consolidando o órgão como referência nacional em proteção consumerista.

A descentralização do atendimento, por meio das Usinas da Paz e das ações itinerantes, ampliou o alcance do PROCON-PA em regiões antes pouco assistidas, garantindo que cidadãos de diferentes municípios tivessem acesso a orientações, capacitações e atendimentos de qualidade. Esse movimento fortaleceu o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor e contribuiu para reduzir desigualdades regionais, alinhando-se ao compromisso de inclusão e equidade. Outro destaque foi a integração das atividades às agendas globais de sustentabilidade e justiça social. O alinhamento com os ODS da ONU reforça que a defesa do consumidor não se limita a relações comerciais, mas se conecta diretamente à erradicação da pobreza, à redução das desigualdades e à promoção de padrões de consumo responsáveis. Assim, o PROCON-PA posiciona-se como agente estratégico na construção de uma Amazônia mais justa e sustentável.

A atuação em temas sensíveis, como segurança alimentar, combate a fraudes, prevenção ao superendividamento e regulação de serviços essenciais, demonstrou a capacidade do órgão em responder de forma ágil e eficaz às demandas sociais. A presença constante em fóruns nacionais e internacionais fortaleceu a imagem institucional do Pará e ampliou a voz do estado nas discussões sobre políticas públicas de defesa do consumidor.

Diante dos resultados alcançados, o PROCON-PA encerra 2025 com um legado de transparência, inovação e compromisso social. O desafio para os próximos anos será consolidar os avanços obtidos, expandir ainda mais a rede de atendimento e aprofundar a integração com parceiros estratégicos, garantindo que cada cidadão paraense tenha seus direitos respeitados e protegidos. O futuro aponta para uma gestão cada vez mais ética, inclusiva e sustentável, em sintonia com as demandas locais e globais. O PROCON também realizou um total de 1.060 audiências, que tem por objetivo a solução de conflitos entre consumidores e fornecedores de bens e serviços de maneira amigável, rápida e eficaz, por meio das audiências de conciliação, os dados agregados das audiências de conciliação permitem uma análise quantitativa da capacidade do PROCON/PA em mediar e solucionar disputas de consumo, conforme detalhado na Tabela a seguir.

Tabela 3 Desempenho das Audiências de Conciliação:

Mês	Audiências realizadas	Total em resultado ausência do consumidor	Com acordo	Acordo homologado	Sem acordo (encaminhado/c pad)	Desc. de acordo	Total de processos soma das colunas
Janeiro	133	55	30	0	48	0	133
Fevereiro	97	43	23	0	31	0	97
Março	98	60	15	0	23	0	98
Abril	115	45	18	0	52	0	115
Maió	107	46	17	0	44	0	107
Junho	144	49	21	0	74	0	144
Julho	104	39	11	0	54	0	104
Agosto	101	45	12	0	44	0	101
Setembro	65	33	7	0	25	0	65
Outubro	96	41	19	0	36	0	96
Total geral	1.060	456	173	0	431	0	1.060

Identificou-se o total de cinco regiões de integração consideradas não programadas no PPA 2024-2027, ano 2025 e com o total de 228 atendimentos realizados, demandas à esse órgão a partir de solicitações geralmente por ofício de órgãos públicos municipais. Como identificado na Região Carajás município de Marabá, ofício nº44/2025-PROCON/Marabá para participação do Curso de Capacitação com a temática “A Aplicação da Lei do Superendividamento (Lei nº14.181/2021)”, realizado nos dias 04 e 05 de agosto de 2025, no auditório do Ministério Público/PA, José Luiz Brito Furtado, Rua das Macaúbas, nº 17, Marabá/PA; sendo o tema “A Aplicação da Lei do Superendividamento”, ministrado pelo professor e procurador do Estado do Espírito Santo Leonardo Garcia. O curso promoveu a capacitação no desenvolvimento de habilidades acerca do direito do consumidor, em especial quanto às principais repercussões normativas e jurisprudências decorrente da Lei 14.181/2021, que dispõe sobre o crédito ao consumidor e sobre a prevenção de tratamento do superendividamento. Bem como da inauguração do Núcleo de Apoio ao Superendividado – NAS, realizada no dia 06 de agosto de 2025, na sede do PROCON Municipal de Marabá/PA. No Município de São Geraldo do Araguaia, atendeu ao Ofício/PAE 2025/3570432, que solicitou o treinamento da equipe recém- empossada do Procon Municipal, por meio da participação na inauguração do Procon de São Geraldo do Araguaia, visando à capacitação dos agentes de defesa do consumidor que atuarão no novo órgão do Poder Público Municipal.

A convite da Secretaria de Estado de Articulação e Cidadania – SEAC, a equipe do PROCON/PA, participou da inauguração da Usina da Paz-USIPAZ em Bragança, conforme Ofício nº 14/2025 – NARI/SEAC,na ocasião foi realizado atendimentos por meio da presença da equipe do PROCON/PA no espaço instalado dentro da Usina da Paz destinado para diariamente ocorrer os serviços de atendimento, registros de denúncias, reclamações e orientações aos consumidores. Na RI Rio Capim, município de Capitação Poço, foi realizada a palestra “Código de Defesa do Consumidor” para fornecedores com o intuito de orienta-los e educá-los sobre o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e colocando as práticas comerciais adequadas e assim, obtendo relações de consumo mais justas e equilibrada. Na RI do Tocantins, demandado por ofício com o objetivo de assegurar a interiorização dos serviços de proteção e defesa do consumidor nos municípios nos Acará, Igarapé - Miri por meio do balcão de atendimento (PROCON Móvel); Barcarena, por meio da capacitação de uma nova equipe de servidores desse município; Mocajuba balcão de atendimento e visitas técnicas. Região do Xingu, município de Anapu Palestras e atendimentos para idosos do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS).

Regiões não programadas no PPA 2024-2027 e atendidas.		
Região de Integração	Município	Atendimentos realizados
Carajás	Marabá	3
	São Geraldo do Araguaia	4
Rio Caeté	Bragança	1
Rio Capim	Capitão Poço	27
Tocantins	Acará	13
	Barcarena	8
	Igarapé-Miri	75
	Mocajuba	77
Xingu	Anapu	20
Total	9	228

PROGRAMA: GOVERNANÇA PÚBLICA.

OBJETIVO : APRIMORAR O DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O programa visa fortalecer a administração pública e garantir maior transparência nas atividades governamentais, promovendo serviços de qualidade à sociedade. As iniciativas em desenvolvimento têm como foco a qualificação constante dos servidores, a modernização dos processos administrativos e a melhoria na implementação das políticas públicas. Dessa forma, busca-se gerar resultados positivos para a população de maneira ampla e integrada, atendendo às demandas regionais e consolidando a eficiência nos serviços oferecidos através das ações implementadas.

AÇÃO 2245 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

A Ação 2245 – Capacitação de Servidores Públicos, referente ao exercício de 2025, teve como produto “Servidor Capacitado”, com meta inicial total de 28 servidores, distribuída da seguinte forma: 20 vagas para Belém e 2 vagas para cada uma das unidades regionais de Marabá, Paragominas, Santarém e Breves. Ao final do exercício, foram capacitados 13 servidores, todos lotados em Belém, resultando em 65% de execução da meta da capital e 46,4% de execução global da ação. A execução concentrou-se na sede administrativa em razão de fatores técnicos, logísticos e orçamentários que influenciaram a priorização das capacitações no período. Destaca-se que as ações formativas realizadas foram estratégicas e de elevada densidade técnica, abrangendo temas essenciais à governança institucional, como captação de recursos federais, gestão de convênios e transferências voluntárias, aplicação prática da Lei Federal nº 14.133/2021, gestão e fiscalização contratual, análise de riscos e fortalecimento da atuação profissional na política de direitos humanos. Tais capacitações contribuíram diretamente para o aprimoramento da segurança jurídica dos atos administrativos, melhoria da eficiência nos processos de contratação pública, ampliação da capacidade de captação de recursos e qualificação técnica das equipes que atuam nas áreas finalísticas e estratégicas da Secretaria. O não alcance das metas previstas para Marabá, Paragominas, Santarém e Breves decorreu principalmente de limitações orçamentárias para custeio de deslocamentos, diárias e logística de realização de cursos presenciais no interior, bem como da oferta predominantemente concentrada de capacitações especializadas na capital ou em outras unidades federativas. Soma-se a isso a necessidade de priorização imediata das áreas centrais envolvidas na implementação e consolidação de novos marcos normativos e procedimentos administrativos, além da restrição do quadro funcional nas regionais, que dificulta o afastamento de servidores sem prejuízo à continuidade dos serviços essenciais. Embora a execução territorial tenha sido parcial, a ação apresentou efetividade qualitativa relevante, com impacto institucional mensurável no fortalecimento da governança, na padronização de procedimentos internos e na melhoria da prestação dos serviços públicos.

PROGRAMA: MANUTENÇÃO DA GESTÃO

OBJETIVO : VIABILIZAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO

O programa é fundamental para garantir a continuidade e o pleno funcionamento das atividades administrativas, assegurando a eficiência e a modernização da máquina pública. As ações descritas a seguir são direcionadas ao suporte direto aos servidores e à melhoria da infraestrutura administrativa, proporcionando condições que favoreçam a execução das políticas públicas com qualidade. Com abrangência em todo o estado, o programa gera impactos indiretos importantes em todas as regiões, contribuindo para a melhoria dos serviços prestados à população e para o fortalecimento da gestão pública.

AÇÃO 4668 - ABASTECIMENTO DE UNIDADES MÓVEIS DO ESTADO

Este relatório apresenta uma análise técnica detalhada da Ação “Abastecimento de Unidades Móveis do Estado”, que integra o Programa Manutenção da Gestão, a ação tem como objetivo garantir o suporte logístico necessário à mobilidade institucional das unidades da Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), viabilizando a execução das atividades administrativas, operacionais e finalísticas da Pasta. A consolidação dos dados compreende o período de janeiro a outubro de 2025.

Quadro Demonstrativo de Abastecimento – Janeiro a Outubro/2025

Mês	Veículos Abastecidos	Litros	Valor Pago (R\$)
Janeiro	10	1.153,22	R\$790.326
Fevereiro	14	2.294,61	R\$1.610.751
Março	15	3.111,49	R\$2.183.074
Abril	17	3.889,94	R\$2.719.129
Maio	16	4.255,05	R\$2.907.190
Junho	18	3.395,64	R\$2.318.455
Julho	21	6.049,90	R\$4.091.853
Agosto	18	4.570,18	R\$3.139.163
Setembro	13	139,57	R\$696.355
Outubro	20	4.121,00	R\$3.595.376
Novembro	21	5.968,39	R\$40.658,09
Dezembro	16	3.391,12	R\$23.171,77

ANÁLISE TÉCNICA DOS RESULTADOS

A análise dos dados evidencia comportamento operacional variável ao longo de 2025, refletindo a dinâmica institucional da SEJU o volume de veículos abastecidos cresceu de 10 (janeiro) para 21 (julho), acompanhando o aumento das operações administrativas e finalísticas.

O consumo em litros seguiu proporcionalmente a essa variação, registrando seu ponto máximo em julho (6.049,90 L), período de maior circulação das equipes, os menores consumos foram registrados em janeiro e setembro, com 1.153,22 L e 1.039,57 L, respectivamente, compatíveis com a diminuição temporária das demandas institucionais.

A oscilação de valores pagos acompanha o padrão de consumo, com custo médio mensal de R\$ 24.551,97 e picos significativos em julho (R\$ 40.918,53). A variação do número de veículos abastecidos demonstra que a frota foi mobilizada conforme necessidade, garantindo uso racional dos recursos ao mesmo tempo em que supriu demandas operacionais estratégicas.

IMPLEMENTAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO:

- Custo por Km,
- Km por litro,
- Veículo mais/menos eficiente,
- Consumo por tipo de ação/atividade.
- Adoção de práticas de roteirização inteligente para reduzir deslocamentos redundantes.
- Planejamento trimestral de demandas de mobilidade alinhado ao cronograma institucional da SEJU.

CONCLUSÃO

O abastecimento da frota é elemento estruturante para a execução das políticas finalísticas e administrativas da SEJU. O comportamento do consumo em 2025 demonstra aderência da ação às necessidades institucionais, ainda que oscilante, e reforça a importância de aprimoramento contínuo dos processos de mobilidade, visando maior eficiência, economicidade, planejamento e rastreabilidade. As recomendações apresentadas contribuem diretamente para elevar a maturidade administrativa da gestão da frota e qualificar o alcance dos objetivos do Programa Manutenção da Gestão.

AÇÃO 8311 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

A Ação visa assegurar condições adequadas de manutenção alimentar aos servidores da SEJU, contribuindo para:

- redução de despesas pessoais,
- melhoria de bem-estar e produtividade,
- fortalecimento da política de valorização dos servidores,
- estímulo à continuidade e comprometimento profissional.

O benefício é concedido aos servidores efetivos, comissionados e temporários, lotados na sede e nos Núcleos Regionais de Justiça (NRJ), garantindo tratamento igualitário e suporte necessário ao desempenho das funções públicas.

EXECUÇÃO DA META FÍSICA (PPA E OGE)

A meta anual prevista no PPA e na OGE era atender 220 servidores com auxílio alimentação, até o mês de janeiro/dezembro de 2025 foram concedidos em média 141 auxílios, o que corresponde a 64% da meta anual. A não integralização da meta decorre de fatores já identificados na análise de Recursos Humanos 2025:

- redução do quantitativo de servidores efetivos (aposentadorias, cessões e óbito), dependência de vínculos temporários com menor duração contratual,
- ausência de concurso público para reposição de cargos permanentes.

ANÁLISE TÉCNICA MENSAL DO BENEFÍCIO (BASE: JAN-DEZ/2025)

A leitura dos relatórios mensais indica estabilidade mensal no número de beneficiários, variando entre 138 e 144 servidores, com média anual aproximada de 141 servidores, que atuam na : SEDE (Belém), NRJ Altamira, NRJ Breves, NRJ Marabá, NRJ Paragominas, NRJ Santarém, e NRJ Xinguara. Essa distribuição demonstra que a ação é executada de maneira a garantir isonomia no atendimento aos servidores lotados no interior.

PRINCIPAIS DESTAQUES DA EXECUÇÃO:

- Regularidade administrativa: não há interrupções ou falhas na concessão do benefício.
- Equilíbrio entre sede e regionais: mantendo padrão mensal similar de distribuição.
- Variações explicáveis por movimentação de pessoal: desligamentos, nomeações, licenças e vacâncias impactam diretamente o número de beneficiários.
- Alinhamento à capacidade orçamentária: a SEJU mantém o benefício dentro dos limites financeiros sem comprometer outras ações.

Quadro Demonstrativo da Execução Mensal – 2025

Mês	Total de Beneficiários	Belém	Altamira	Breves	Marabá	Paragominas	Santarém	Xinguara
Janeiro	142	126	3	2	2	3	4	2
Fevereiro	144	128	3	2	2	3	4	2
Março	142	126	3	2	2	3	4	2
Abril	139	123	3	2	2	3	4	2
Maio	140	124	3	2	2	3	4	2
Junho	142	126	3	2	2	3	4	2
Julho	139	123	3	2	2	3	4	2
Agosto	138	122	3	2	2	3	4	2
Setembro	140	126	3	2	2	3	4	2
Outubro	144	128	3	2	2	3	4	2
Novembro	141	125	3	2	3	3	3	2
Dezembro	141	125	3	2	3	3	3	2

- Média mensal: 140,8 servidores beneficiados
- Maior índice: 144 servidores
- Menor índice: 138 servidores
- Avaliação da Efetividade da Ação

Demonstra resultados consistentes e regulares, com destaque para:

Efetividade:

- Mantém atendimento constante aos servidores durante todo o ano.
- Possui forte aderência ao objetivo do Programa.
- Contribui de forma relevante para bem-estar e motivação da força de trabalho.
- Garante equilíbrio e transparência na distribuição territorial. Limitações identificadas:
- Redução do quadro funcional limita o alcance da meta prevista para 220 servidores.
- Falta de recomposição via concurso público impede avanço da cobertura.
- Ausência de PCCR contribui para desmotivação, rotatividade e vacâncias.

Considerações Estratégicas: Necessidade de Concurso Público e PCCR

Assim como verificado nas análises de Recursos Humanos e Auxílio Transporte, a execução da Ação de Auxílio Alimentação reforça a necessidade urgente de medidas estruturantes, como:

Concurso Público

- Reposição do quadro efetivo.
- Estabilização da força de trabalho.
- Redução da dependência de vínculos temporários.
- Ampliação da base de servidores aptos a receber o benefício, aumentando a execução da meta.

Implantação do PCCR

- Valorização dos servidores.
- Estímulo à permanência e qualificação continuada.
- Segurança e previsibilidade na carreira.
- Melhoria dos indicadores de pessoal e da capacidade operacional da SEJU.

Ambas as medidas são essenciais para elevar os níveis de execução física das ações de benefícios e garantir sustentabilidade administrativa.

Conclusão Técnica

A Ação no exercício de 2025 apresentou:

- regularidade mensal e execução contínua;
- ampla cobertura geográfica, contemplando sede e regionais;
- execução física de 64%, diretamente impactada pelo déficit de servidores ativos;
- boa capacidade administrativa, mesmo com limitações estruturais de pessoal.
- Oportunidade de melhorias para o próximo exercício:
- Realizar concurso público para recompor e fortalecer o quadro de pessoal.
- Implementar o PCCR para valorização, permanência e desenvolvimento dos servidores.
- Revisar a meta física, considerando a realidade do quadro de pessoal.
- Manter o controle sistemático da concessão do benefício.

Conclui-se que a ação embora limitada pela redução geral de servidores, demonstra isonomia administrativa, controle e foco na valorização funcional, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos estratégicos da Secretaria.

AÇÃO 8312 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE

A Ação compõe a política de gestão administrativa destinada a garantir condições adequadas de deslocamento aos servidores da Secretaria de Estado de Justiça (SEJU), abrangendo servidores efetivos, comissionados, temporários (PSS) e estagiários. O benefício é essencial para assegurar a frequência regular, reduzir custos pessoais dos servidores e promover continuidade, eficiência e motivação funcional, em conformidade com os princípios da Administração Pública, especialmente da eficiência e da valorização do servidor. A execução desta ação está vinculada ao cumprimento da meta prevista no PPA e na OGE, sendo monitorada mensalmente pela Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

Meta Física da Ação – 2025

Ano	Produto	Previsto PPA	Meta Inicial OGE	Realizado (2025)	% Execução
2025	Servidor Beneficiado	220 Un	220 Un	137 Un	62%

A meta reflete o total estimado de servidores beneficiados anualmente. A execução acumulada até novembro de 2025 alcançou em média 137 servidores, equivalendo a 62% da meta anual. Análise Técnica da Execução Mensal (Jan–Dez/2025)

A análise dos registros mensais evidencia flutuação no número de beneficiários, explicada por: processos de nomeação, exoneração ou desligamento de efetivos (falecimento, aposentadoria); conclusão de contratos de estágio; finalização de contratos PSS; fatores sazonais (licenças, suspensões e movimentações funcionais). Apesar dessas variações, observa-se estabilidade média em torno de 137 beneficiários mensais, com pico de 155 em janeiro e menor índice de 116 em dezembro. Os dados também indicam que o benefício permaneceu constante ao longo do ano:

- Belém: entre 131 e 151 servidores;
- Núcleo Regional de Justiça de Altamira: 02 servidores;
- Núcleo Regional de Justiça de Santarém: 02 servidores.

Essa estabilidade revela organização e regularidade do benefício, assegurando que servidores das unidades regionais tenham o mesmo acesso.

Análise : A execução total (137 servidores) ficou abaixo da meta de 220 beneficiários, atingindo 62%, devido à redução do quadro geral de servidores e à queda significativa do número de estagiários ao longo do ano. Os dados reforçam a necessidade de:

- recomposição do quadro de pessoal (realização de concurso público);
- política de valorização das carreiras (PCCR), que impactaria a permanência e estabilidade da força de trabalho;
-) atualização permanente do sistema de cadastro e concessão de benefícios.
- A redução do número de servidores repercute diretamente na execução do Programa e de sua Ação, comprometendo o alcance da meta e da efetividade dos serviços oferecidos pela SEJU.

AÇÃO 8338 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS ANÁLISE (JANEIRO A DEZEMBRO 2025)

A Ação “Operacionalização das Ações Administrativas” tem por finalidade assegurar a manutenção e o pleno funcionamento da estrutura administrativa institucional, garantindo suporte contínuo às atividades finalísticas do órgão. No período analisado, a execução compreendeu a gestão e manutenção dos seguintes grupos de despesas e contratos: serviços continuados de energia elétrica, abastecimento de água, telefonia e correios; contratos de locação e manutenção predial; bem como serviços especializados de apoio logístico, tecnologia da informação e vigilância patrimonial.

No exercício em referência, a meta física anual prevista no Plano Plurianual (PPA) foi fixada em 18 contratos ativos, entretanto, observou-se média de 27 contratos geridos no período, resultando em percentual de execução física correspondente a 150% da meta anual estabelecida.

O desempenho superior ao previsto decorre da ampliação das demandas administrativas e operacionais necessárias ao adequado funcionamento das unidades administrativas, incluindo ajustes contratuais, novas contratações indispensáveis à continuidade dos serviços essenciais e reforço da infraestrutura de apoio. Ressalta-se que tais contratos possuem natureza estruturante e continuada, sendo imprescindíveis para garantir regularidade no fornecimento de utilidades básicas, conservação predial, segurança institucional e suporte tecnológico. A execução acima da meta demonstra capacidade operacional de gestão contratual e evidencia o compromisso institucional com a manutenção da eficiência administrativa, mitigação de riscos operacionais e garantia de condições adequadas ao desenvolvimento das atividades finalísticas. Conclui-se que a ação apresentou desempenho físico satisfatório e superior ao planejado, assegurando a continuidade dos serviços essenciais e fortalecendo a governança administrativa no período analisado.

AÇÃO 8339 - OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE RECURSOS HUMANOS

A Ação é essencial para assegurar a execução das atividades administrativas e operacionais da Secretaria de Estado de Justiça (SEJU). Essa ação abrange a gestão da força de trabalho efetiva, comissionada, temporária e estagiária, bem como o controle de benefícios funcionais e obrigações trabalhistas, sendo determinante para a manutenção da capacidade institucional e da eficiência administrativa da Secretaria.

Análise Técnica

O quadro funcional da SEJU é composto por 101 servidores efetivos, 36 comissionados e 13 temporários (PSS), e 10 estagiários, revelando um desequilíbrio estrutural entre o quantitativo de cargos efetivos e o total de funções necessárias ao pleno funcionamento das unidades da Secretaria. O percentual de 77% de execução física da meta prevista (170/220 servidores) demonstra a limitação da capacidade operacional decorrente da redução gradativa de servidores efetivos, aliada à dependência de vínculos precários (temporários e comissionados). Essa realidade impacta a continuidade dos serviços, a retenção de conhecimento técnico e a eficiência na execução de políticas públicas sob responsabilidade da SEJU. Além disso, o número reduzido de estagiários e de servidores de apoio técnico compromete a renovação do quadro de pessoal e o fortalecimento da gestão de pessoas a médio e longo prazo.

Aspectos Normativos e Estruturais

A Lei Estadual nº 9.927/2023, que reestruturou a SEJU, redefiniu o quadro de cargos efetivos e comissionados, porém não acompanhou o crescimento das demandas administrativas e regionais da Secretaria. Atualmente, as atribuições ampliadas, especialmente nos núcleos regionais de justiça, coordenações e serviços administrativos, exigem reposição e ampliação do quadro permanente para garantir continuidade e qualidade das ações finalísticas. Embora o Processo Seletivo Simplificado (PSS/2024) tenha mitigado parte do déficit funcional, a natureza temporária desses vínculos não supre as necessidades estruturais da Secretaria, especialmente nas funções de natureza técnica, jurídica e administrativa, indispensáveis à execução do planejamento institucional e às políticas de cidadania, justiça e proteção ao consumidor.

Necessidade de Concurso Público

Diante do quadro analisado, constata-se a necessidade urgente de realização de concurso público efetivo para recomposição do quadro permanente da SEJU, considerando:

- Redução contínua de servidores efetivos (queda de 10% entre 2023 e 2025);
- Aposentadorias, falecimentos e vacâncias que não foram repostas;
- Limitações legais e operacionais dos vínculos temporários (PSS), que impedem continuidade administrativa;
- Expansão de atividades e descentralização de serviços nos núcleos regionais;
- Demanda por especializações técnicas nas áreas de gestão pública, contabilidade, assistência social, psicologia, tecnologia da informação e jurídica.

A realização de concurso público permitirá revigorar o quadro, retenção de capital intelectual e fortalecimento institucional, em consonância com os princípios constitucionais de eficiência, impessoalidade e continuidade do serviço público.

Implantação e Implementação do PCCR

Além da recomposição do quadro efetivo, torna-se imprescindível a implantação e implementação de um Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) para os servidores da SEJU. Essa medida visa:

- Valorizar o servidor público, promovendo estímulo à produtividade, qualificação e permanência;
- Estabelecer critérios transparentes de progressão funcional e promoção por mérito;
- Aprimorar a gestão de desempenho e a política de capacitação continuada;
- Alinhar a política de pessoal à estratégia de modernização administrativa do Estado.

Essas medidas são fundamentais para garantir a consolidação da política de valorização do serviço público, elevar o desempenho institucional e fortalecer o papel da SEJU na execução das políticas de justiça, cidadania e defesa dos direitos sociais no Estado do Pará.

Quadro Técnico Demonstrativo das Despesas por Exercício

Ano	Período	Pessoal e Encargos	Outras Despesas	PROVITA (R\$)	Total (R\$)
2023	Jan – Dez	8.927.487,91	9.553.125,21	4.547.999,17	23.028.612,29
2024	Jan –Dez	7.982.035,41	10.111.342,05	4.452.726,50	22.546.103,96
2025	Jan – Dez	8.010.453,08	17.583.264,55	6.934.646,62	32.528.364,25

FONTE: SIGPLAN/SIAFE

Análise Orçamentária e Financeira (2023–2025)

A Secretaria de Estado de Justiça (SEJU) apresenta a consolidação da execução orçamentária e financeira referente aos exercícios de 2023 a 2025, com base em dados extraídos do Sistema Integrado de Planejamento do Pará (SIGPLAN) e do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Pará (SIAFE), assegurando fidedignidade, rastreabilidade e transparência das informações. A condução da gestão orçamentária no triênio observou os princípios da legalidade, responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e transparência, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 4.025/2024, que dispõe sobre medidas de racionalização da despesa pública no âmbito do Poder Executivo Estadual.

Síntese da Execução por Exercício

Exercício 2023 – Reequilíbrio Fiscal e Regularização de Passivos

O exercício de 2023 foi marcado pela quitação integral das Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), medida essencial para o restabelecimento do equilíbrio fiscal e saneamento de passivos financeiros. Paralelamente, foram iniciadas as tratativas administrativas para a realização do Processo Seletivo Simplificado (PSS), cuja aprovação ocorreu no exercício seguinte.

Exercício 2024 – Reestruturação e Interiorização

Em 2024, a SEJU promoveu relevante reestruturação administrativa e operacional, com reativação de Núcleos Regionais, adequação estrutural de unidades descentralizadas, locação de imóveis e disponibilização de veículos oficiais, ampliando a presença institucional no território estadual. O PSS foi executado em agosto de 2024, fortalecendo o quadro técnico e assegurando maior capacidade de atendimento às demandas institucionais. Observa-se estabilidade global da despesa, com reorganização interna das rubricas e priorização estratégica dos recursos.

Exercício 2025 – Expansão Operacional e Reforço Contratual

O exercício de 2025 caracterizou-se por significativa ampliação da execução orçamentária, refletindo a consolidação da reestruturação administrativa iniciada em 2024 e a crescente demanda das atividades finalísticas da SEJU. Além da manutenção da regularidade da folha de pagamento e dos contratos administrativos essenciais, houve: Renovação de contratos temporários decorrentes do PSS; reforço e celebração de novos contratos administrativos para suporte às atividades finalísticas; ampliação de serviços estratégicos, como acesso ao GOV.BR, consultas SERASA/SPC, emissão da CTPS Digital; Investimentos em comunicação institucional; Incremento das ações vinculadas ao PROVITA. O reforço contratual em 2025 foi imprescindível para assegurar continuidade, eficiência e ampliação dos serviços prestados à sociedade, especialmente diante do aumento expressivo da demanda institucional e da interiorização das políticas públicas sob responsabilidade da Secretaria. O crescimento substancial das Outras Despesas Correntes reflete diretamente a expansão da estrutura contratual e o fortalecimento da capacidade operacional da SEJU.

Conclusão

A execução orçamentária e financeira da SEJU no triênio 2023–2025 demonstra trajetória consistente de equilíbrio fiscal, planejamento estratégico e expansão responsável da capacidade operacional. Conclui-se que a Secretaria manteve governança financeira adequada, alinhamento normativo e compromisso com a sustentabilidade administrativa e institucional.

O QUE IREMOS FAZER – 2026

PROJETOS ESTRATÉGICOS PREVISTOS Projeto “JUVENTUDES CIDADÃS”

Objetivo: Promover a inclusão cidadã de jovens (15-29 anos) através da disseminação de informações sobre serviços públicos e oportunidades oferecidas pelo governo (com foco no GOV.BR), facilitando o acesso a direitos (como ID Jovem, Carteira de Trabalho Digital) e incentivando o protagonismo juvenil por meio de Capacitação a o s jovens para o cadastro e uso efetivo da plataforma digital GOV.BR como principal ferramenta de acesso a serviços públicos.

Projeto “ECOS DA FLORESTA: Protagonismo da Juventude Amazônida”

Objetivo: Promover o protagonismo da juventude amazônida (jovens de 14 a 29 anos de comunidades urbanas, rurais e tradicionais) por meio de processos formativos, participativos e interdisciplinares. O projeto visa articular saberes tradicionais, ciência e cidadania para incentivar ações locais focadas na justiça climática, sustentabilidade e fortalecimento do sentimento de pertencimento territorial na Amazônia, ampliando a compreensão sobre justiça climática, empatia ecológica e o reconhecimento do território como espaço de identidade, aprendizagem e memória coletiva.

Projeto “ECOS DA FLORESTA: Protagonismo da Juventude Amazônica”

Objetivo: Promover o protagonismo da juventude amazônica (jovens de 14 a 29 anos de comunidades urbanas, rurais e tradicionais) por meio de processos formativos, participativos e interdisciplinares. O projeto visa articular saberes tradicionais, ciência e cidadania para incentivar ações locais focadas na justiça climática, sustentabilidade e fortalecimento do sentimento de pertencimento territorial na Amazônia, ampliando a compreensão sobre justiça climática, empatia ecológica e o reconhecimento do território como espaço de identidade, aprendizagem e memória coletiva.

Projeto CMDV ITINERANTE – Promoção de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos Objetivo:

Promover ações de prevenção, monitoramento e enfrentamento às violações de direitos humanos no Estado do Pará, fortalecendo a rede interinstitucional e ampliando o acesso à justiça, cidadania e direitos difusos. O CMDV Itinerante propõe um modelo de atuação descentralizada, articulada e democrática, fundamentada na escuta ativa, na prevenção social e na promoção da cidadania. A itinerância possibilita identificar demandas reais dos territórios, fortalecer a rede intersetorial, garantindo o acesso da população aos serviços públicos, contribuindo para a redução das desigualdades.

CONTINUIDADE E AMPLIAÇÃO DE AÇÕES

Plano Estadual de Políticas sobre Drogas

Em 2026, a SEJU, por meio da CENPREN (Coordenadoria de Prevenção, Tratamento e Redução de Danos de Consumo de Drogas), dará um passo decisivo na consolidação da política pública de prevenção ao uso de drogas, por meio da elaboração e implementação do Plano Estadual de Políticas sobre Drogas. O plano será construído de forma participativa, com ampla consulta pública e deliberação coletiva, durante a I Conferência Estadual sobre Drogas, a ser realizada no âmbito do Projeto Atividade “Apoio a Evento de Promoção de Justiça, Cidadania e Direitos Difusos”. Essa conferência representará o marco histórico para o Estado, ao reunir especialistas, gestores públicos, sociedade civil, juventudes e comunidades tradicionais na formulação de diretrizes alinhadas à promoção da saúde, da cidadania e da justiça social.

Projeto Prevenção 360°

A CENPREN intensificará as ações do Projeto Prevenção 360° – Educação para a Vida Livre de Drogas, expandindo sua atuação nas escolas públicas estaduais, com ênfase na formação de educadores, estudantes e famílias. O projeto, que já se destaca pela metodologia inovadora de escuta ativa restaurativa, passará a incluir o Selo Escola 360°, um reconhecimento institucional às escolas que se destacarem na implementação de práticas pedagógicas e comunitárias de prevenção. O Selo 360° será entregue às escolas que aderirem integralmente às estratégias do projeto, aplicando ações educativas contínuas, rodas de diálogo, práticas esportivas e culturais voltadas à promoção da vida saudável e ao fortalecimento da cultura de paz. Essa certificação busca valorizar o protagonismo das instituições de ensino e consolidar uma rede estadual de boas práticas em prevenção às drogas.

As ações de 2026 também contemplarão a ampliação das caravanas educativas e das capacitações regionais intersetoriais, fortalecendo o diálogo entre as políticas de saúde, educação, assistência social e segurança pública. A CENPREN atuará ainda na integração da prevenção com a agenda de justiça climática e territorial, reconhecendo que as vulnerabilidades sociais e ambientais ampliam os riscos de uso e dependência de substâncias, especialmente em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e periféricas.

Caravanas de Cidadania e Direitos Humanos

O fortalecimento das Caravanas de Cidadania e direitos humanos, com enfoque socioambiental em parceria com o Projeto Justiça no Campo e nas Águas, levando, além dos serviços de documentação e orientação social, ações educativas sobre direitos ambientais, proteção de recursos naturais e práticas sustentáveis.

Desafios e Perspectivas para 2026

O exercício de 2025, embora altamente produtivo em termos de atendimento, revelou desafios cruciais para a consolidação da agenda:

- **Regionalização Efetiva:** Apesar dos esforços das caravanas, algumas metas de atendimento inicial não atingiram o planejado em todas as RIs, o que exige a criação de estratégias robustas para garantir a regionalização planejada de 100% até 2027.
- **Governança e Estrutura:** A SEJU enfrentou dificuldades na execução de programas devido à falta de servidores de nível técnico especializados, o que dificulta análises das ações.
- **Gestão de Dados e Transparência:** Foi identificada a necessidade de melhorar a coleta de dados e completar a padronização dos formulários para registro detalhado.

1. INFORMAÇÕES MENSAGEM DE GOVERNO 2026.

Para 2026, a SEJU prevê a consolidação do legado deixado em 2025:

O trabalho da SEJU em 2025 pode ser comparado a um grande mapeamento geográfico do estado. As caravanas e ações de cidadania não apenas entregaram documentos, mas também desenharam um mapa preciso das vulnerabilidades (baixa escolaridade, pobreza, exclusão de minorias) em cada região, com esse mapa em mãos os indicadores e metas para 2026 orientarão a construção de estradas de acesso permanentes (as políticas públicas) para onde a população mais precisa de apoio e inclusão, transformando a mera assistência em justiça social duradoura.

AÇÕES E RESULTADOS:

No exercício de 2025 a SEJU dedicou esforços significativos à implementação do Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, com ênfase em seus dois principais objetivos: Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos, e Promover Ações de Justiça e Direitos Difusos. A atuação da equipe técnica, tanto por meio da Diretoria de Justiça e Diretoria de Defesa e Proteção do Consumidor (PROCON) foi essencial para o alcance dos resultados esperados, contribuindo com expertise e dedicação para o atendimento eficaz das demandas regionalizadas. Além disso, a continuação da expansão dos serviços por meio de seus Núcleos Regionais em Altamira, Breves, Paragominas, Marabá, Santarém e Xinguara ainda sendo crucial na descentralização dos serviços. As ações executadas garantiram que as comunidades em regiões mais remotas tivessem acesso eficiente a serviços de justiça, defesa do consumidor e cidadania. Essa capilaridade reforçou a capacidade da SEJU de responder às demandas locais de maneira ágil e especializada, superando barreiras geográficas e promovendo o acesso equitativo às garantias constitucionais e o acesso à justiça conforme a necessidade do cidadão, que já reconhece como porta de entrada. Os números alcançados com a execução das ações nas 12 regiões estão demonstrados no detalhamento dos principais destaques a serem apresentados a seguir.

Destaca-se que a Taxa de Cobertura da Ações de Capacitação sobre Álcool e outras Drogas, foi alcançada dentro do planejamento. Para o exercício de 2025, o planejamento concentrou-se nas seguintes Regiões de Integração: Guajará com 20,00%, Guamá com 22,22% e Marajó com 25,00%. É importante notar que, em 2024, a ação já havia alcançado coberturas em Guajará (40%), Lago de Tucuruí (42,85%) e Rio Capim (31,25%), capacitando um total de 557 profissionais nestas três regiões.

PRINCIPAIS ENTREGAS DO PROGRAMA : CIDADANIA, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

Objetivo: PROMOVER A IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS

Semana Paraense de Combate e Prevenção ao Uso de Drogas

A Secretaria de Justiça - SEJU, por meio da Coordenadoria de Prevenção, Tratamento e Redução de Danos de Consumo de Drogas - CENPREN e do Conselho Estadual sobre Drogas - CONED, promoveu a Semana Paraense de Combate e Prevenção ao Uso de Drogas, realizada entre 27 de agosto e 2 de setembro de 2024, com o tema “Drogas, Direitos Humanos e os Desafios de Novos Olhares”. A iniciativa buscou fortalecer o diálogo entre poder público e sociedade civil, promovendo ações educativas, preventivas e de cuidado integral, alinhadas aos projetos do PPA 2024–2027. As atividades ocorreram nas RIs Guajará (Belém e Ananindeua), Marajó (Afuá) e Baixo Amazonas (Santarém e Óbidos), alcançando cerca de 5.800 pessoas. A programação incluiu capacitações, oficinas, atividades culturais e esportivas, blitz educativa e caravanas de cidadania, mobilizando uma ampla rede de instituições públicas, entidades da sociedade civil e parceiros locais, como a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, UFPA, FASEPA, clubes esportivos e órgãos estaduais. O público participante foi composto majoritariamente por mulheres, jovens e estudantes, além de profissionais da rede pública, pessoas com deficiência e representantes de comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos. A maioria com renda familiar de até três salários-mínimos (SM), demonstrando o papel das ações na ampliação do acesso à informação e na redução das desigualdades sociais. Os resultados evidenciaram o fortalecimento da rede de atenção e da participação social, o aprofundamento da compreensão crítica sobre o fenômeno das drogas e a valorização da prevenção como parte do cuidado integral. As ações contribuíram para consolidar políticas públicas mais integradas e inclusivas, alinhadas aos ODSODS 3, 4, 10 e 16, reafirmando o compromisso do Governo do Estado do Pará com uma gestão responsável e orientada à geração de valor público, pautada na promoção da saúde, da educação e da cidadania.



Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br>

Projeto Prevenção 360° - Educação para a Vida Livre de Drogas – Ações Educativas nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Pará.

A SEJU por meio do Projeto Prevenção 360° realizou um conjunto ampliado de ações educativas em escolas públicas e privadas no Pará, com o propósito de fortalecer o diálogo com crianças, adolescentes e jovens, promovendo uma abordagem integral sobre prevenção ao uso de drogas, saúde mental, cidadania e escolhas seguras para a vida. As ações ocorreram em diversas RIs. No total as atividades alcançaram 2.006 estudantes, por meio de palestras no formato Talk Show, rodas de conversa, exposições dialogadas e dinâmicas participativas que estimularam a reflexão crítica, a escuta ativa, o fortalecimento emocional e o protagonismo juvenil. O público atendido foi composto majoritariamente por adolescentes do Ensino Fundamental II e Médio, residentes tanto em áreas urbanas quanto rurais, incluindo comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e moradores de periferias urbanas. Essa diversidade reflete o caráter inclusivo e territorialmente sensível do Prevenção 360°, que tem se consolidado como uma política essencial para levar formação, proteção e acesso à informação qualificada a regiões com desafios estruturais de conectividade, vulnerabilidade social e ausência histórica de ações educativas continuadas. As atividades promoveram integração entre escola, família e poder público ao reforçar temas como os impactos sociais e individuais do uso de substâncias psicoativas, os fatores de risco e proteção, o fortalecimento dos vínculos afetivos e comunitários, além da importância da saúde mental e do autocuidado. A iniciativa também estimulou práticas de diálogo, construção de cultura de paz, senso de pertencimento e estratégias de prevenção capazes de fortalecer redes locais de segurança, proteção e cuidado com a juventude paraense. As ações consolidaram-se como instrumento de democratização do conhecimento, ampliando a participação social e fortalecendo a construção de ambientes escolares mais seguros, acolhedores e informativos. .



Fonte: SEJU (2025)

Disponível em: <https://seju.pa.gov.br/node/474>

Reativação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM) e Fortalecimento das Políticas de Proteção a Migrantes e Refugiados

A Secretaria de Estado de Justiça (SEJU) reafirmou em 2025 seu compromisso com a proteção dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e o enfrentamento ao tráfico de pessoas, garantindo a continuidade das ações mesmo durante o processo de reestruturação institucional da pasta. Entre as principais entregas, destaca-se a reativação do Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM), localizado no Aeroporto Internacional de Belém, iniciativa estratégica no contexto da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30). O posto é responsável por acolher e orientar migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas, assegurando um atendimento humanizado e eficiente diante da chegada de delegações de mais de 160 países.

O PAAHM funciona como ponto de referência para acolhimento, escuta qualificada, suporte linguístico, orientação sobre direitos e encaminhamento para serviços públicos de saúde, assistência social e documentação. A ação é conduzida por equipes interdisciplinares capacitadas e segue protocolos padronizados de atendimento, garantindo dignidade, agilidade e integração entre União, Estado e Município. As estratégias de atuação contam com parcerias institucionais fundamentais, envolvendo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Justiça Federal, o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), a FUNPAPA, a SESP, a SESMA, a SEASTER e a SEGUP, consolidando uma ampla rede de proteção e garantia de direitos. A iniciativa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 5, 10, 16 e 17), reforçando o compromisso do Governo do Pará com a promoção da saúde e bem-estar, a igualdade de gênero, a redução das desigualdades, o fortalecimento institucional e o trabalho conjunto entre diferentes esferas e parceiros para a efetivação dos direitos humanos.

O impacto da iniciativa vai além da COP 30, deixando um legado permanente para o Estado do Pará: capacitação de equipes, aprimoramento de protocolos de atendimento, fortalecimento das redes interinstitucionais e consolidação de práticas de acolhimento e proteção que permanecerão após o evento. A experiência reafirma o compromisso da SEJU com uma gestão pública responsável, transparente e voltada à geração de valor público, contribuindo para o fortalecimento das políticas de direitos humanos, a redução de vulnerabilidades sociais e a promoção da justiça social e da dignidade humana.



Fonte: SEJU (2025)

Disponível em: <https://www.seju.pa.gov.br/node/508>

Fiscalização Estratégica e Avanços Institucionais na Preparação da COP 30

A Secretaria de Estado de Justiça, por meio do PROCON/PA, desenvolveu uma atuação estratégica e preventiva na preparação da COP 30, assegurando ambiente econômico equilibrado, práticas comerciais éticas e a proteção dos direitos dos consumidores. Nos meses que antecederam o evento, o órgão intensificou fiscalizações em setores essenciais — hotelaria, alimentação, combustíveis e supermercados — diretamente relacionados à recepção de visitantes nacionais e internacionais. Essa ação ampliada buscou prevenir abusos, garantir padrões mínimos de qualidade e reforçar a imagem do Pará como Estado comprometido com a transparência, a justiça econômica e a sustentabilidade das relações de consumo.

A atuação ocorreu de forma integrada aos demais órgãos estaduais e municipais, incluindo Ministério Público, ANP e Procons Municipais, fortalecendo a rede institucional e contribuindo para a governança pública necessária a um evento de impacto global. Entre os principais objetivos, destacaram-se o monitoramento de preços, o levantamento estatístico, a orientação a fornecedores, além da lavratura de autos de constatação e infração quando identificadas irregularidades. O conjunto dessas medidas garantiu maior segurança e credibilidade nas transações comerciais, beneficiando consumidores locais e visitantes e proporcionando ambiente de confiança durante a COP 30. O PROCON/PA/SEJU estruturou quatro frentes de atuação articuladas: (a) recomendações extrajudiciais às principais plataformas digitais de hospedagem, solicitando notificação de anunciantes, suspensão de ofertas abusivas e divulgação de alertas sobre preços médios de mercado, prevenindo especulação econômica;

(b) fiscalizações presenciais diárias, em setembro e outubro, em hotéis, pousadas, restaurantes, supermercados e postos de combustíveis, abrangendo Belém, Ananindeua e áreas turísticas, com verificação de preços, cardápios, validade de produtos, cumprimento do CDC e aferição de bombas de combustível; (c) proposição de medidas judiciais para coibir práticas abusivas, com decisões liminares que determinaram ajuste de preços e suspensão de anúncios irregulares,

resultando na redução média de 40% nos valores de hospedagens após notificações e acordos e (d) ampliação da transparência nas relações de consumo, mediante divulgação de orientações educativas nas redes sociais e na mídia durante o período da COP 30 e do Círio de Nazaré. Os resultados alcançados reafirmam o alinhamento da atuação do PROCON/PA ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), consolidando o órgão como referência nacional em fiscalização preventiva, defesa do consumidor e instrumento de governança pública voltada à sustentabilidade. A forte integração com o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor (SEDC- PA) e com instituições como SEGUP/PA, DPE/PA, PGE/PA, MPPA e OAB/PA evidencia que a proteção ao consumidor constitui pilar essencial da governança democrática e do desenvolvimento sustentável no Estado do Pará, fortalecendo sua credibilidade perante a sociedade e organismos internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA 2026

O exercício de 2025, embora altamente produtivo em termos de atendimento (47.822 pessoas alcançadas), revelou desafios cruciais para a consolidação da agenda:

Regionalização Efetiva: Apesar dos esforços das caravanas, algumas metas de capacitação e atendimento inicial não atingiram o planejado em todas as RIs, o que exige a criação de estratégias robustas para garantir a regionalização planejada de 100% até 2027.

Governança e Estrutura: A SEJU enfrentou dificuldades na execução de programas devido à falta de servidores de nível técnico especializados, o que dificulta análises das ações.

Gestão de Dados e Transparência: Foi identificada a necessidade de melhorar a coleta de dados e completar a padronização dos formulários para registro detalhado. A DIJUS propôs a unificação do modelo de relatório dos Núcleos Regionais ao padrão NUPLAN, visando maior transparência dos resultados.

PARA 2026, A SEJU PREVÊ A CONSOLIDAÇÃO DO LEGADO DEIXADO EM 2025:

Expansão do Projeto Prevenção 360° para todas as Regiões de Integração, com foco em adolescentes e comunidades tradicionais. Continuidade das caravanas temáticas, com a inclusão de serviços de saúde mental e orientação jurídica, aprofundando o impacto no território e fortalecimento dos Conselhos Representativos da sociedade civil, coexecutado pela SEJU.

O trabalho da SEJU em 2025 pode ser comparado a um grande mapeamento geográfico do estado. As caravanas e ações de cidadania não apenas entregaram documentos, mas também desenharam um mapa preciso das vulnerabilidades (baixa escolaridade, pobreza, exclusão de minorias) em cada região. Com esse mapa em mãos, os indicadores e metas para 2026 orientarão a construção de estradas de acesso permanentes (as políticas públicas) para onde a população mais precisa de apoio e inclusão, transformando a mera assistência em justiça social duradoura.

Produto: Pessoa Atendida

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DAS AÇÕES

- Seju incentiva hábitos para cuidar da saúde mental



- Seju realiza ação de prevenção às drogas em escola de Belém



- Ações de conscientização sobre TEA



- Ações de verão 2025: cidadania e prevenção às drogas



- Ação de cidadania e prevenção às drogas na UsiPaz Icuí-Guajará



- Blitz educativa e evento de prevenção às drogas



- Consulta presencial de revisão do Planad



SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJU

Endereço: Rua Vinte e Oito de Setembro, nº 339, Campina, Belém/PA,
CEP 66010-100